

A REACÇÃO FAZ O MAL E A CARAMUNHA (ou a política provocatória do PPD, CDS, MRPP, AOC)

Uma das questões principais que se põe aos trabalhadores portugueses, no actual momento político, é a de saber quem ganha e quem perde com a agudização de conflitos sociais, com a criação artificial de tensões e choques entre os trabalhadores e os órgãos do poder — quem está interessado na instabilidade político-social.

Qual a tarefa em que os trabalhadores devem concentrar todas as suas forças no momento presente?

O PCP afirma com a responsabilidade que lhe dão dezenas de anos à frente das lutas dos trabalhadores e da luta antifascista que, no momento actual, aos trabalhadores interessa acima de tudo travar o avanço da direita, consolidar as liberdades e outras conquistas fundamentais da revolução, como as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário. É que a direcção principal da actividade dos

Da resposta correcta a estas questões depende a correcta actuação dos trabalhadores na etapa que corresponde ao período eleitoral que se está a viver em todo o país.

(Continua na pág. 2)

Nota da DORL do PCP

DELEGAÇÃO DO PCP EM MOÇAMBIQUE

Os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, Joaquim Gomes, do Secretariado da Comissão Política do CC, e Aurélio Santos, do Comité Central, visitaram Moçambique e encontram-se presentemente em Angola, onde receberam entusiástico acolhimento. No comunicado final sobre as conversações entre as delegações do PCP e da Frelimo declara-se nomeadamente: «As delegações foram unânimes em reafirmar a identidade de interesses existente entre o povo de Moçambique e o povo de Portugal e examinaram em grandes linhas o desenvolvimento das relações de amizade entre os dois povos» — (Pag. 12)



DIA MUNDIAL DA JUVENTUDE FESTIVAL DA PRIMAVERA

Pouco tempo depois da II Guerra Mundial o dia 28 de Março foi consagrado como Dia Mundial da Juventude, como dia de luta contra o fascismo e a guerra, pela paz e amizade entre os povos de todo o mundo.

Durante o fascismo, para jovens portugueses comemorar o 28 de Março era lutar pela liberdade, pelo fim da guerra colonial e pela independência aos povos das colónias. Neste momento, em que a direita avança tentando anular as conquistas do 25 de Abril, recuperar para os grandes capitalistas e latifundiários os privilégios que perderam o dia 28 de Março terá que ser entendido como uma jornada em que se reforça a unidade da juventude, contra o avanço da direita e o perigo do fascismo, que se faz notar entre os jovens, como os bandos que de cruz gamada e saudação nazi desenvolvem a sua acção em várias escolas do país.

Mas, não é só a esse nível que o ataque da direita se verifica. Utilizando imensos meios monetários, o Imperialismo e o capitalismo desenvolvem todos os esforços para impedir que os jovens portugueses estejam com a Revolução, para aliená-los e pervertê-los, através da droga, da pornografia, da apologia da violência, etc. Para isso aproveitam-se das grandes deficiências ainda existentes que fazem com que a juventude não tenha meios para desenvolver actividades desportivas, culturais, de convívio.

Por isso, comemorar o 28 de Março, em Portugal, em 1976, deve ser sobretudo transformá-lo numa jornada de convívio que contribua para combater todas as carências que os jovens sentem na ocupação dos seus tempos livres, na sua formação, na possibilidade de se desenvolverem física e

intelectualmente, de contactarem com outros jovens.

Dentro deste espírito as organizações distritais da UJC e UEC decidiram organizar uma jornada comemorativa do dia 28 de Março, em Castelo Branco. Serão realizados torneios desportivos, como forma de contribuir para ultrapassar toda a falta de meios e estruturas que impedem que o desporto, direito fundamental dos jovens, seja praticado massivamente. Haverá um concurso de Canto Livre Amador não no sentido de competição ou de «revelação de novos talentos», mas como forma de dar expressão aos muitos jovens que procuram desenvolver actividade cultural, e chegar junto dos outros através da criação musical.

Para além disso haverá ainda várias outras iniciativas, viradas fundamentalmente para o convívio, para desenvolver os contactos e a amizade entre os jovens.

Todos os jovens que amam a vida, que amam as liberdades, que têm sede de paz e de justiça se vão juntar numa clara manifestação de que a juventude está ganha para os mais nobres ideais.

Tu jovem, estudante, operário, camponês dos campos que não deixaste, vem conosco e faremos do dia 28 de Março numa grande jornada de luta da juventude contra o fascismo e o imperialismo, contra aqueles que querem eternizar a tua exploração, a exploração do nosso povo!

As organizações distritais da UEC e da UJC.

AS ORGANIZAÇÕES DISTRITAIS DA UEC E DA UJC.

Programa na pág. 4

Sábado, no Estádio 1.º de Maio



REFORÇO DA AMIZADE ENTRE PORTUGAL E A JUGOSLÁVIA

Ainda que não tivesse o carácter de uma visita oficial, o marechal Tito aproveitou a viagem de regresso ao seu país para se encontrar com o Presidente da República, general Costa Gomes, com o qual manteve conversações, salientando no seu discurso que a Jugoslávia segue com interesse a evolução de Portugal, «pela importância que reveste, não só na Europa, mas num contexto mais largo».

Ao abandonar o nosso país, o marechal Tito enviou ao general Costa Gomes uma mensagem onde salienta que o resultado das conversações «contribuirão ainda mais para a promoção da cooperação e para o estreitamento dos laços de amizade entre os nossos dois povos».

Pág. 8

A REFORMA AGRÁRIA OS ENFERMEIROS E A REACÇÃO

A Comissão Política do nosso Partido adverte mais uma vez contra o perigo da escalada reaccionária que tem em vista degradar a situação, fomentando graves tensões sociais e políticas, procurando explorar habilmente certas formas de luta, visando desencadear uma crise nos órgãos do poder, com a ajuda da propaganda reaccionária, geradora da confusão e do alarme.

PPD, CDS e grupelhos provocatórios ao seu serviço, como a AOC, o MRPP e o PC de P (ml), tentam criar um clima que proíba a realização das próximas eleições, gerando conflitos agudos em torno da Reforma Agrária, aproveitando com objectivos contra-revolucionários os problemas reais que afligem os trabalhadores (como é flagrante no caso dos enfermeiros) substituindo a justas reivindicações pelo aventureirismo e tentando por todos os meios provocar a repressão.

«Desestabilizar» é o grande objectivo que, estranhamente não perturba o silêncio da direcção do Partido Socialista perante esse perigo bem presente, que alguns sectores do PS, em vez de combaterem, se empenham em aumentar, fomentando, eles também, sentimentos de hostilidade nas populações para com o processo democrático e ajudando a criar focos de tensão.

Contra essas ameaças e perigos bem reais se levanta o nosso Partido no documento da Comissão Política, que publicamos nas páginas interiores. — Pág. 2

Avante! DIÁRIO

O suplemento diário do «Avante!» vai iniciar a sua publicação dentro de dias. Voz do Partido Comunista Português, durante a campanha eleitoral, o «Avante!» diário sairá todas as tardes e cobrirá inteiramente a actividade dos candidatos comunistas, esclarecendo, na parte que lhe cabe, os eleitores de esquerda sobre a necessidade de derrotar nas urnas as forças da reacção e alcançar uma maioria democrática na Assembleia da República. O «Avante!» diário será o espelho da defesa e consolidação das grandes conquistas do Povo Português, será o reflexo esclarecido e actuante da necessidade de vencer esta etapa eleitoral a fim de que aquelas conquistas sejam força dinâmica para novos avanços na caminhada para o socialismo.

O «Avante!» tal como no ano passado, vai montar um serviço de assinaturas para o seu suplemento diário que supere as dificuldades da distribuição que não poderá atingir eficazmente todo o país.

Assim, é imprescindível que os pedidos de assinatura nos sejam enviados desde já.

O suplemento diário «Avante!» terá uma secção de perguntas e respostas, à qual atribuímos importância relevante. Por isso, chamamos desde já a atenção de todos (e não apenas das camaradas) de modo a dar-lhe todos os dias o sinal do interesse indiscutível, a forma viva e alargada de que certamente se revestirão as interrogações do eleitorado perante uma campanha onde não faltarão, infelizmente, as tentativas para confundir e perverter o espírito democrático.

O suplemento diário do «Avante!» será um precioso auxiliar da campanha eleitoral do nosso Partido como elemento de informação e de esclarecimento. Para tanto contamos com a colaboração de todos os que desde já queiram sugerir ao nosso «Avante!» questões cujas respostas contribuam para um amplo esclarecimento das posições e da política do PCP «Avante!» toma o seu lugar na luta do PCP para uma maioria de esquerda

Editorial

O ANTICOMUNISMO A CONSTITUIÇÃO E AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

Dentro de oito dias terminarão os trabalhos da Assembleia Constituinte e deverá estar concluída a discussão, elaboração e aprovação da lei fundamental do País para os anos mais próximos — a Constituição Política.

Com isso será dado um passo essencial para a institucionalização e consolidação do Estado democrático saído do 25 de Abril e para a normalização, portanto, da vida política nacional.

Também dentro de um mês, uma massa teórica de 6 milhões de portugueses maiores de 18 anos vai designar por meio do voto as forças que irão aplicar nos planos legislativo e governativo as normas constitucionais agora em acabamento.

Dois meses mais tarde deverá ter lugar a eleição para a Presidência da República e mais para a frente, em data ainda a designar, a dos órgãos de poder local — as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais.

Trata-se, como se vê, de actos cívicos de natureza diversa mas todos de grande importância política e estreitamente relacionados.

O povo português viveu 48 dos últimos 50 anos sob o domínio de uma feroz ditadura fascista, submetido a um Estao autocrático e violento cujo princípio fundamental assentava na defesa dos interesses de classe dos grandes senhores d'abanca, da indústria, do comércio e da terra.

Só nos últimos dois anos o nosso Povo pode experimentar uma larga vivência democrática, usufruir de ampla liberdade política e iniciar os primeiros passos no caminho de reformas sociais de fundo sem as quais não se tornarão realidade algumas das suas aspirações mais queridas.

A Constituição que se está ultimando na Assembleia Constituinte sanciona estas grandes conquistas da Revolução de Abril e estabelece as normas

(Continua na pág. 2)

A questão dos símbolos — Pág. 3

Greve suspensa na construção civil para defesa do processo democrático — Pág. 7

A «bica» e as eleições — Pág. 3

«A Luta», a violência e os trabalhadores — Pág. 3

Comunicado da UEC sobre o Movimento Associativo — Pág. 7

A Reforma Agrária resiste à recuperação capitalista — Pág. 6



A «BICA» E AS ELEIÇÕES

Onde se faz demagogia eleitoralista e se apresentam os critérios económicos do Ministério do dr. Magalhães Mota

Como é do conhecimento geral, uma portaria dos Ministérios do Comércio Interno e Externo estabeleceu o aumento do preço da «bica».

Segundo o comunicado do Conselho de Ministros onde se dá a nova «sua» atitude de demagogia eleitoralista — que o actual Governo repete — poderia apontar para o deferimento dos aumentos agora aprovados.

Esta questão da demagogia eleitoralista dá que pensar. Na realidade, não se concebe muito bem como é que o Governo pode estar interessado em «demagogias», nomeadamente eleitoralistas. Para que o Governo pudesse estar interessado em tais demagogias (possibilidade que justificaria que declarasse não o estar) seria necessário que a sorte do Governo estivesse dependente das eleições, melhor, que o Governo concorresse às eleições. O que manifestamente não ocorre.

A outra hipótese será a de, cada um por si, os ministros usarem a sua qualidade enquanto tais para fazerem política partidária que beneficie eleitoralmente os Partidos a que pertencem. Considerando que a portaria dimana de ministérios que têm à sua frente destacados dirigentes do PS e do PPD, pretende-se assim dar a entender que, não senhor, o prof. Jorge Campinos e o dr. Magalhães Mota repudiam toda e qualquer acção — principalmente as demagógicas — que no exercício do mister ministerial que lhes está cometido pudesse beneficiar os seus partidos. Dada a responsabilidade do dr. Magalhães Mota no estado actual do custo de vida é de crer que efectivamente não haja qualquer interesse nos interesses populares, com eleições ou sem elas! Mas há contudo um pequeno pormenor a salientar: porque é a que propósito se vem tão ensimesmadamente declarar que não há demagogia?

Que necessidade tem o Conselho de Ministros de vir tão a despropósito declarar o seu horror à demagogia e ainda por cima a eleitoral?

A explicação é simples. A medida é impopular e é tomada por departamentos da responsabilidade de dirigentes do PS e do PPD; logo, é de recear que as pessoas reajam e identifiquem tais medidas com aqueles partidos. Ora, os responsáveis declaram que a medida é economicamente necessária. Seja ou não seja, enquanto ministros mais não necessitam de dizer. Mas como também têm responsabilidades partidárias pretendem realizar uma pirueta: valorizar uma medida impopular sublinhando que não hesitam em tomar medidas «economicamente necessárias» mesmo que isso seja impopular e possa prejudicar o seu Partido.

Sublinhando tal facto declaram que são «isentos» enquanto ministros — o que os valoriza enquanto dirigentes partidários. Só a preocupação das eleições é que justifica que um ministro se vanglorie de fazer o que tem obrigação de fazer! Ou

seja que faça demagogia eleitoralista!

Mas o caso da «bica» não fica por aqui. Um dos aumentos, o das esplanadas, é justificado como segue: «O aumento do preço do café nas esplanadas destina-se a revitalizar a esplanada como fonte de convívio e de animação do ambiente».

Tal qual. Segundo o Ministério do Comércio Interno, nada há de mais eficaz para «revitalizar» qualquer coisa do que aumentar-lhe o preço. Foi assim que ultimamente aquele departamento oficial «revitalizou» a carne, a manteiga, o tabaco, a gasolina, as batatas, o peixe, a fruta, os legumes, os transportes, etc., etc.

E isto ainda aponta para uma conclusão que certamente o dr. Magalhães Mota poderá tirar na esteira daquela histórica declaração acerca da «dieta» dos portugueses: é que reside aqui a origem da escassez! O dr. Magalhães Mota «revitaliza» a carne de vaca e zás... «ela desapareceu!» O dr. Magalhães Mota «revitaliza» a manteiga e zás... «ela some-se!»

O dr. Magalhães Mota está saudos das esplanadas: elas são «fontes de convívio» e de «animação do ambiente». Aquele ministro está saudos da amena cacaveira nas placas centrais da Avenida da Liberdade em que ele convivia com os seus amigos.

Vendo aqueles senhores sentados nas esplanadas, os

trabalhadores que se dirigiam ao seu trabalho ou regressavam a suas casas, os trabalhadores que depois do 25 de Abril puderam lançar as bases das suas organizações, das suas colectividades, das suas associações, dos seus centros de convívio em moldes livres e democráticos, diriam certamente: «Aqueles senhores conviviam e jorram animação sobre o ambiente».

Dai que o dr. Magalhães Mota também tenha resolvido «revitalizar» as esplanadas: donde, aumentou a «bica», pois é evidente que com a gente correrá em massa a cumprir a sua quota parte da «revitalização» pagando os 2\$50 suplementares.

O Ministério do Comércio Interno declarou que se expressou mal: a «revitalização» proporcionada pelo aumento não se destina aos utentes das esplanadas, aos consumidores do café, mas sim aos comerciantes do ramo (o dr. Magalhães Mota dirá, europeu, os «empresários») que terão assim um incentivo para abrirem «fontes de animação do ambiente».

E aqui é que reside efectivamente o mais grave de tudo isto.

Para o Ministério do Comércio Externo a forma de revitalizar seja o que for é obrigar o povo a pagar mais, é criar estímulos para o patronato em detrimento dos consumidores. É assim que um departamento

oficial de um país democrático encara a solução dos problemas económicos — e a experiência aí está para dizê-lo.

O dr. Magalhães Mota pensa como patrão e não como ministro do povo português. Para resolver o problema da carne, o dr. Magalhães Mota apenas tem uma solução: aumentar-lhe o preço. Para resolver o problema das batatas o ministério do Comércio Interno só vê uma saída: torna-las mais caras. E para que não haja vozes discordantes, saneia a torto e a direito todos quantos na governação económica afirmam que aumentar os preços só favorece o patronato e os intermediários sem nada resolver, pois a solução é de fundo, a solução reside numa energia política enformada pela defesa dos interesses da colectividade e não pelo respeito do ponto de vista patronal para o qual a crise económica se resolve aumentando as taxas de lucro. A política de recuperação capitalista tem demonstrado o seu total fracasso pois não têm sido os aumentos de preços que têm salvado as pequenas empresas às quais é necessário apoiar, que têm obtido aos problemas de escassez e de açambarcamento, que têm favorecido o povo português.

De facto torna-se inútil o recurso a qualquer demagogia eleitoralista, desta ou daquela forma.

A política executada pelos ministros PPD fala por si.

ATENTADO FASCISTA NO PORTO

A célula da UEC da Faculdade de Economia do Porto denuncia o ataque terrorista contra aquela escola

Com data de 23 de Março, a célula da União dos Estudantes Comunistas na Faculdade de Economia do Porto divulgou um comunicado em que denuncia o atentado bombista de que foi alvo aquele estabelecimento de ensino:

1.º As primeiras horas do dia de hoje, a Faculdade de Economia do Porto, foi alvo de um atentado bombista, que foi também, dentro do contexto da actual situação política e dentro da situação da escola, um atentado aos órgãos democráticos dos estudantes, dos trabalhadores, à ciência, ao estado democrático, à democracia.

É um acto terrorista contra os órgãos democráticos dos estudantes e contra a democracia porque na Faculdade de Economia do Porto as últimas eleições para a Direcção da Associação de Estudantes, a lista vencedora composta pelos estudantes antifascistas e revolucionários, conseguiu o maior número de votos, porque é uma Associação e ppenhada na gestão democrática da escola.

É um acto terrorista contra os trabalhadores, porque nos últimos dias realizou-se na mesma escola o I Congresso dos Trabalhadores Têxteis, em que uma das conclusões do debate democrático lá havido indica que «só a construção do socialismo pode levar à eliminação do desemprego e, à reconversão socialista da economia».

É um acto terrorista contra a ciência ao serviço do povo português, porque esta escola visa preparar técnicos habilitados que possam servir à modificação do actual panorama económico, que transformem a economia numa arma de libertação do povo português das garras do fascismo e do imperialismo.

É um acto contra a democracia, porque na actual conjuntura, que é de ofensiva das forças reaccionárias, tal acto visa criar um clima de desestabilização com

vista à não realização de eleições, clima este favorável à tomada de poder através de um golpe de mergulharia o povo português na barbárie fascista, destruindo as conquistas fundamentais já alcançadas pelo povo português nestes meses de processo revolucionário.

Trata-se também dum atentado ao estado democrático, cujo património fica criminosamente afectado em enormes prejuízos;

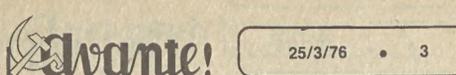
2.º Porque o que está em causa é a democracia e a liberdade. A UEC condena severamente o terrorismo fascista e a desordem e reclamam medidas energéticas contra as conspirações, as violências, os atentados, o terrorismo. A UEC reclama medidas contra as organizações clandestinas que conduzem tais actividades, o ELP e o MDLP e as suas facções legais, o CDS e o PPD.

A UEC reclama que se faça respeitar a ordem democrática, restituindo a tranquilidade ao povo português.

A UEC reclama que as Forças Armadas garantam em todo o território nacional o exercício das liberdades e dos direitos dos cidadãos.

Os partidos fascistas e reaccionários, PPD, CDS, PDC, PPM, MRPP, PCP (ml), e as suas organizações clandestinas, ELP, MDLP, enganam-se, se cuidam que a violência que têm exercido sobre o povo português, esmorecerá o seu combate face aos atentados e à tentativa de destruição das liberdades fundamentais e da democracia.

Nós, estudantes comunistas de economia, estamos certos que os estudantes de economia redobrarão esforços para barrar o passo ao fascismo e que no combate comum os estudantes de economia encontrarão nos comunistas os lutadores mais consequentes na consolidação da democracia, pelo exercício das liberdades democráticas pelo fim do terrorismo.



DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL SERÁ PUBLICADO UM SUPLEMENTO DIÁRIO DO AVANTE!

FAZ DESDE JÁ A TUA ASSINATURA POIS A DISTRIBUIÇÃO NÃO CHEGARÁ A TODA A PARTE

SE FIZERES JÁ A TUA ASSINATURA, TERÁS A GARANTIA DE RECEBERES O SUPLEMENTO DO «AVANTE!» A PARTIR DO PRIMEIRO NÚMERO

(20 números)

CONTINENTE E ILHAS	
Via Normal	100\$00
Via aérea	120\$00
EX-COLONIAS, BRASIL, ESPANHA	
Via Normal	120\$00
Via aérea	160\$00
EUROPA	
Via normal	120\$00
Via aérea	130\$00
OUTROS DESTINOS	
Via normal	120\$00
Via aérea	160\$00

BRINDES A TODOS OS ASSINANTES

- «O QUE É O COMUNISMO— PERGUNTAS E RESPOSTAS»
Cadernos de iniciação ao Marxismo-Leninismo
- «DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO»
- «PELA MADRUGADA»
Série Banda Desenhada
- «O 25 DE ABRIL»
Livro para crianças
- «JUNTA A TUA À NOSSA VOZ»
Suplemento Comemorativo do 44.º Aniversário do «Avante!», com letras de canções revolucionárias
- CAMISOLA PCP
- LENÇO VERMELHO PCP
- EMBLEMA PCP

AGORA MAIS DO QUE NUNCA ASSINAR O AVANTE! É UMA TAREFA DE TODOS OS MILITANTES

OFERECE UMA ASSINATURA DO AVANTE A AMIGO TEU QUE NÃO SEJA FILIADO NO PARTIDO



A CENSURA VOLTOU?

O Presidente da Direcção da Radiodifusão Portuguesa manda interromper uma mesa redonda com explicações que fazem lembrar velhos tempos

Pela Radiodifusão Portuguesa foi feito um convite ao Partido Comunista Português para se fazer representar numa entrevista colectiva sobre a informação, a transmitir em directo por aquela estação emissora no dia 20 de Março, e para a qual foram igualmente convidados o PS e o PPD.

O PCP delegou no camarada João Paulo Guerra, ex-locutor de rádio, a sua representação. O PS fez-se representar por Jaime Gama, ex-chefe dos Serviços Informativos da Emissora Nacional, e o PPD pelo jornalista Nandim de Carvalho.

A referida entrevista foi mandada interromper, logo após o seu início, pelo Presidente da Direcção da Radiodifusão Portuguesa que, para o efeito, alegou o facto do representante do PCP haver sido despedido da ex-Emissora Nacional, onde exercera a sua actividade profissional. Publicamente, no entanto, foram invocadas razões de ordem técnica.

O PCP denuncia este atentado aos direitos mais elementares dos cidadãos e à liberdade de expressão. O PCP tem o pleno direito de escolher quem entender para o representar em qualquer iniciativa e não abdica desse direito.

O camarada João Paulo Guerra não tem qualquer dependência da Radiodifusão Portuguesa e encontra-se no pleno uso do seus direitos civis e políticos. A atitude da Radiodifusão Portuguesa coloca-nos perante a existência de facto de restrições graves e completamente ilegais ao exercício das liberdades.

FESTIVAL DA PRIMAVERA - PROGRAMA

- ### LISBOA
- #### Manhã Desportiva
- 8h 30m - Concentração da estafeta simbólica no Largo de Santos;
 - 9h 00m - Partida da estafeta simbólica do Largo de Santos para o Estádio 1.º de Maio;
 - 10h 00m - Chegada ao Estádio 1.º de Maio da estafeta; Largada de pombos e lançamento de morteiros no estádio; Início das finais dos torneios inter-escolas de futebol de 5, da UJC de futebol de 5 e de futebol de 5 aberta a todos os participantes; Início de um jogo de andebol feminino; Concentração para crosses na Rotunda do Aeroporto, Estádio José Alvalade, Largo do Leão (à Praça do Chile e Praça Marquês de Pombal);
 - 10h 30m - Chegada dos participantes dos crosses ao Estádio 1.º de Maio; Concentração para uma prova ciclística no Lumiar; Corridas de 60m e 100m no Estádio 1.º de Maio;
 - 11h 00m - Saltos em altura e comprimento no Estádio 1.º de Maio; Inscrições para uma ginçana pedestre no Estádio; Início dos jogos de andebol no Estádio; Partida dos ciclistas do Lumiar para o Estádio;
 - 11h 30m - Início dos jogos de voleibol no Estádio;
 - 12h 30m - Ginçana de bicicletas no Estádio;
 - 13h 00m - Final da manhã desportiva; Concerto com três bandas;
- #### Tarde Infantil
- 14h 00m — Abertura com várias iniciativas para crianças e pintura de um painel;
 - 16h 30m — Recital por Pioneiros; peça infantil pelo Grupo de Teatro da UJC de Moscavide; palhaços; colaboração de Mário Castrim e Fernanda Cabral;
- #### Tarde de convívio
- 14h 30 - Palco 1: Ranchos folclóricos de Meadela, Torres Novas, Foros de Vale de Figueira e outros;
 - Palco 2 - Teatro;
 - Palco 3 - Variedades;
 - ICF2 16h 00m - Início do Grandê Festival Amador de Canto Livre da zona centro do país;
 - 17h 45m - Palco 1 - Grupo de Danças e Cantares da Ucrânia (URSS);
 - 18h 30m - Conjunto cubano
 - Início de dois bailes com conjuntos musicais;
 - 20h 00m - Início do baile com o conjunto «Revolução».

- ### PORTO
- #### Manhã Desportiva
- 9h 30m — Partida da prova ciclística do Hospital de S. João para o Palácio de Cristal;
 - 10h 00m — Partida da Rotunda da Boavista para o Palácio de Cristal dos participantes até aos 13 anos nas provas de atletismo;
 - 10h 30m — Partida da Praça da Liberdade para o Palácio de Cristal dos participantes com mais de 13 anos nas provas de atletismo; desafios de basquetebol de 5 e basquete no Palácio de Cristal.
- #### Tarde de Convívio
- 14h 30m — Abertura do Pavilhão;
 - 15h 00m — Abertura do minifestival de teatro amador; início da projecção de 3 filmes;
 - 16h 00m — Tarde infantil com Barata Moura;
 - 17h 00m — Meeting da Amizade. Recital do cantor cubano Carlos Puebla;
 - 17h 30m — Distribuição dos prémios da manhã desportiva;
 - 18h 00m — Canto Livre com Fátima Gil, José Viana, Dora Leal e Pedro Osório;
 - 19h 30m — Actuação do conjunto «Mini-Pop»;
 - 20h 00m — Baile com os conjuntos «Mini-Pop» e «Psico».

ÉVORA • AVEIRO • CASTELO BRANCO PORTIMÃO • VIANA DO CASTELO

Em Évora, o Festival terá início com uma alvorada de foguetes às 8h, começando o desfile pelas ruas da cidade dos tractores e camionetas das Cooperativas Agrícolas, engalanados e decorados, e para o qual já aderiram a Cooperativa Silvados do Pousal, Poder Popular, Cravo Vermelho, Vasco Gonçalves, Maria Machado, José Adelino dos Santos, Força Popular, Pedro Soares, A Esquerda Vencerá, etc.

Ao desfile assistirão o delegado do Komsomol, e os grupos de danças da Ucrânia. Em seguida realizar-se-ão provas de atletismo.

Depois do almoço de amizade no Parque, às 15 e 30 na Praça de Touros de Évora, realizar-se-á o Canto Livre com os Pioneiros de Plas, Pioneiros de Benavila, Grupo Coral da UJC de Campo Maior, e de Avis, de Montemor, diversos artistas do Canto Livre entre os quais o grupo «Juventude» e o conjunto musical «Contacto». À noite realizar-se-á um baile.

Em Portimão, o Festival terá também uma prova de atletismo e às 14 e 30, um Canto Livre, com o conjunto musical «Esquema 4», o rancho folclórico de Lagos, o grupo Minaó de Lisboa, e outros conjuntos. Às 17 horas comício do PCP com o camarada Álvaro Cunhal após o que actuará o Canto Livre da UJC e da UEC de Faro.

A noite o «Esquema 4» ficará para divertir e alegrar a juventude trabalhadora e estudantil. Em Aveiro realizar-se-ão idênticas iniciativas, destacando-se a participação de Fernando Tordo e Ary dos Santos que são, aliás, os autores do hino deste Festival — «Alegria na Luta» — que será posto à venda no próprio dia 28.

Também em Viana do Castelo e em Castelo Branco, a UEC e a UJC assinalarão esta data.

Será sorteada uma rifa para uma viagem à URSS para duas pessoas que se encontrem no estádio.

a vida do partido

CANDIDATOS POR VILA REAL

A apresentação dos candidatos do PCP pelo círculo de Vila Real, concorrentes às próximas eleições para a Assembleia da República, foi feita em Vila Pouca de Aguiar, no decorrer de um comício-sessão de esclarecimento, realizado no Gine Teatro daquela Vila.

As intervenções iniciais dos candidatos comunistas abordaram algumas questões

quase completamente cheio, destacando-se o elevado número de mulheres presente — um comício do Partido Comunista Português, a que presidiu a camarada Virgínia Moura.

Na mesa encontravam-se, ainda, as camaradas Amélia Caspurro, médica, Alda Fernanda, doméstica, e Maria Isaura, operária têxtil, o camarada Oliveira Dias, director da Faculdade de Engenharia do Porto e candidato do nosso Partido,

e a reconstrução de creches e jardins.

Por último, usou da palavra a camarada Oliveira Dias, que centrou a sua intervenção nas conclusões da recente Conferência Nacional do nosso Partido, nomeadamente no Programa Eleitoral então aprovado.

No decorrer da sua intervenção, o camarada Oliveira Dias criticou a direcção do PS e, referindo-se ao voto que o eleitorado dará a este partido, declarou que, em

Durante a sessão falaram os camaradas Garcia Basílio e Valentim Gomes, ambos técnicos do CRR.

Num ambiente de grande entusiasmo e confiança, foram abordados vários problemas relacionados com o processo da reforma social nos campos e as posições do nosso Partido face a esta conquista revolucionária.

RECOLHA DE FUNDOS EM ALPIARÇA

Promovida pela organização local do PCP, realizou-se no passado dia 14, em Alpiarça, uma recolha de fundos para o Partido.

O núcleo do «Avante!», em colaboração com mais camaradas, percorreram as várias artérias da vila, tendo recebido da população cerca de 40 894\$10.

COMÍCIO-FESTA EM ALGÉS

Por iniciativa da Comissão de Freguesia de Algés-Carnaxide do PCP, realizou-se no passado sábado no largo dos autocarros em Algés, um comício-festa do nosso Partido, que contou com a presença de alguns milhares de pessoas.

Após uma sessão de canto livre, na qual participaram um grupo de pioneiros locais e jovens da União da Juventude Comunista, realizou-se um comício que contou com a presença dos camaradas Zita Seabra, da CC da UEC, e Adriano Lopes da Fonseca, deputado comunista na Assembleia Constituinte, ambos candidatos do nosso Partido às próximas eleições.



A festa-comício em Algés reuniu milhares de pessoas

de maior importância para o povo português, particularmente o perigo do regresso do fascismo e a unidade necessária para o combater, a situação da mulher na sociedade, os problemas dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores de Trás-os-Montes. Foi também exposta a perspectiva do PCP sobre a actual situação política e a importância dos próximos actos eleitorais no sentido de barrar o caminho à reacção.

Após este conjunto de intervenções, a assistência, calculada em algumas centenas de pessoas, participou com a mesa num diálogo vivo e interessado, em que os problemas da Reforma Agrária e dos retornados foram os mais insistentemente focados.

COMÍCIO EM CUSTÓIAS

Realizou-se em Custóias, no salão do Rancho Folclórico de Santiago — que se encontrava

dois velhos militantes do Partido que estiveram presos no Tarrafal, um agricultor, e representantes de várias células de empresas do Norte, nomeadamente da Efaced, da Sepsa, da Facar, entre outras.

As intervenções das camaradas Amélia Caspurro, Alda Fernanda e Maria Isaura foram sobretudo dedicadas aos problemas da mulher e foram gerais os apelos à sua participação no processo revolucionário. O avanço das forças reacçãoárias e da direita foi igualmente abordado nas intervenções destas camaradas, que focaram, principalmente, os atentados terroristas, a recuperação capitalista e os ataques à Reforma Agrária.

No decorrer do comício, várias palavras de ordem se fizeram ouvir, reclamando, nomeadamente, a igualdade da mulher perante a lei, o fim das discriminações no trabalho, na promoção profissional e nos salários, a garantia de assistência médica e férias na gravidez e no parto

virtude da falta de uma definição prévia política, o eleitorado poderá estar a votar à esquerda como à direita.

SESSÃO EM ALCANHÕES

A Comissão de Freguesia de Alcanhões do PCP, distrito de Santarém, levou a efeito no passado dia 12, pelas 21 e 30, uma sessão de esclarecimento sobre Reforma Agrária, a que assistiram cerca de 150 pessoas.

DOMINGOS ABRANTES NA TRANSUL

Com larga assistência decorreu no refeitório da Transul, empresa de camionagem situada na Cova da Piedade, mais exactamente no sítio do Laranjeiro, uma sessão de esclarecimento no passado dia 23, onde esteve presente o camarada Domingos Abrantes, do Comité Central, e um dos candidatos pelo distrito de Setúbal.

Presentes ainda na mesa, para além do já referido camarada Domingos Abrantes, membros da célula da empresa, Carlos Alberto, da Comissão Concelhia de Almada e Maria Emilia, que se dirigiu em especial às mulheres, que em largo número compareceram.

Ocupando-se da questão do aumento de custo de vida, a camarada Maria Emilia traçou um quadro da actual situação da mulher trabalhadora e dona de casa, que no momento se coloca perante um dilema sempre que tem de «pôr a mesa».

Falando em seguida, Domingos Abrantes, depois de chamar a atenção para a necessidade de ganhar cada vez mais as mulheres para o processo revolucionário, viria a traçar um quadro da actual

situação política, em especial a ofensiva de direita generalizada no plano militar, social e em especial no seu ataque às eleições.

Sobre este ponto focou a necessidade de travarmos uma grande batalha política para que cada vez mais as massas possam ser ganhas para os seus reais interesses, e consequentemente possamos formar a grande maioria de esquerda, para a defesa das conquistas já alcançadas e bem assim como das liberdades democráticas.

Depois de denunciar toda a campanha de mentiras e demagogia levada a cabo pelos partidos eleitoralistas, advertiu para os perigos da divisão da esquerda, com todas as consequências que daí advirão.

Seguiu-se um animado período de perguntas e respostas durante as quais foi patenteado todo o interesse que vem despertando nas classes trabalhadoras e no povo em geral a correcção da linha do nosso Partido, como Partido da Verdade, da Democracia e da Liberdade.

GRANDE COMÍCIO PORTIMÃO

DOM. 28 MARÇO 17 HORAS LARGO 1.º DE MAIO

PCP

COM O PCP PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA

COM A PRESENÇA DE ALVARO CUNHAL

O COMÍCIO EM PORTIMÃO

No próximo domingo o Partido Comunista Português leva a efeito, em Portimão, pelas 17 horas, no Largo 1.º de Maio, um comício que contará com a presença de Alvaro Cunhal e de todos os candidatos comunistas pelo círculo do Algarve. A propósito deste acontecimento, o Gabinete de Imprensa da Comissão Distrital de Faro do PCP distribuiu uma nota em que se afirma: Este comício tem lugar numa altura em que, no Algarve, os problemas económicos e sociais são graves. O desemprego atinge alguns dos principais sectores da actividade económica do Distrito. Na construção civil, na indústria hoteleira e noutros sectores, conta-se, oficialmente, por 11 000 o número de desempregados, dos quais só 2000 recebem subsídios de desemprego. Junte-se aos desempregados os 10 000 retornados que vivem actualmente no Distrito. E ainda a continuação dos despedimentos colectivos e a falência de empresas importantes perante a passividade e a inoperância dos gabinetes e das autoridades.

capitalista das empresas com intervenção do Estado ou sob gestão dos trabalhadores, denunciam unilateralmente o CCT, tentam fazer pagar pelos trabalhadores a crise que, em muitos casos, eles próprios provocaram. Em presença desta situação a população laboriosa do Algarve reclama medidas que não são tomadas. Reclama a construção das barragens necessárias à irrigação das áreas de sequeiro, o prosseguimento das centenas de construções incompreensivelmente paralisadas, a reanimação da indústria hoteleira e do turismo nacional e estrangeiro, a execução dos muitos projectos já aprovados e congelados nos gabinetes, enfim a criação e a defesa de postos de trabalho capazes de estancar e vir a pôr fim ao flagelo do desemprego.

O P.C.P. apoia as justas reivindicações e aspirações dos trabalhadores, pequenos e médios agricultores e outras camadas da população algarvia. O Comício do P.C.P. em Portimão vai ser a afirmação cabal desse apoio e irá, certamente constituir uma grande jornada de confraternização dos trabalhadores algarvios, bem elucidativa da implantação e popularidade do P.C.P. na província e da vontade do povo algarvio de, nas próximas eleições, contribuir poderosamente, para uma maioria de esquerda na futura Assembleia Legislativa.



APRESENTAÇÃO DE CANDIDATOS DO PCP

Em conferência de imprensa, realizada em Coimbra, foram apresentados os candidatos do PCP pelos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda e Viseu, enquanto os de Leiria foram apresentados numa reunião de metalúrgicos na Marinha Grande

«Nós estamos certos que o povo trabalhador das Beiras, uma vez esclarecido, não deixará de distinguir o carácter eminentemente popular das candidaturas do PCP», dizia-se na nota entregue aos órgãos de informação pelos candidatos dos 5 distritos da Beira na conferência de imprensa para a sua apresentação pública.

No Centro de Trabalho de Coimbra do PCP, na sala decorada com cartazes e símbolos do Partido e com a bandeira nacional compareceram quase todos os candidatos comunistas por Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda e Viseu.

Na referida nota era indicada a composição social dos candidatos: 13 operários, 18 intelectuais, 13 empregados, 5 pequenos e médios agricultores e ainda 1 técnico, 1 e estudante, 1 pequeno comerciante, 1 motorista e uma doméstica.

Dias Lourenço, que encabeça a lista do PCP por Coimbra, José Bernardino de Aveiro e Carlos Luís de Viseu, responderam a perguntas dos jornalistas relativas à posição do PCP quanto às próximas eleições, à necessidade de um governo de esquerda e da criação de condições nos cinco distritos da Beira para que os eleitores exprimam, esclarecidos e sem receio, a sua vontade.

Na própria nota se diz: «enquanto, por exemplo, em Viseu, o Centro de Trabalho do PCP foi destruído pelos terroristas fascistas e não encontra facilidades das autoridades máximas do distrito para a sua reabertura, os fascistas têm toda a liberdade para atacar os progressistas e para venderem e exibirem cruces suásticas, emblemas do ELP e do MDLP e

medalhas de Salazar, Caetano e Tomás».

No final responderam ainda a perguntas dos jornalistas os candidatos independentes incluídos nas listas do PCP, Álvaro Fernando Moniz Rebelo, por Castelo Branco, professor do ensino liceal, e Luís Severo Marques Gonçalves, por Aveiro, professor universitário, os quais fizeram declarações sobre as razões por que se candidatavam pelas listas do PCP, o partido sem o qual não se pode pensar numa vitória sobre a direita reacçãoária.

Na parte final da sua declaração dizia-se: «Os candidatos a deputados pelas listas do PCP nos cinco distritos das Beiras, comprometem-se a defender em todas as circunstâncias os interesses do povo laborioso e consideram-se merecedores da confiança dos eleitores e de todo o povo das Beiras».

REUNIÃO NA MARINHA GRANDE

No domingo último, teve lugar na Marinha Grande um plenário dos operários metalúrgicos para eleger o seu organismo de direcção. Assistiram ainda muitos outros trabalhadores marinhenses numa manifestação significativa do democratismo interno do PCP. Cerca de três centenas de assistentes tiveram a possibilidade de escolher os metalúrgicos comunistas marinhenses para o comité de classe.

Dias Lourenço, também operário metalúrgico e convidado pelas camaradas da Marinha Grande dirigiu uma sessão de esclarecimento abordando a situação política actual e as

próximas eleições respondendo a várias questões colocadas pelos assistentes.

A parte final da reunião foi preenchida pela apresentação dos candidatos do PCP pelo distrito de Leiria, entre os quais se contavam operários, agricultores, um pescador de Vieira de Leiria, um médico de Alcobaca, empregados, etc. Entre os candidatos três mulheres, três trabalhadoras

davam a nota da importância dada pela organização distrital do PCP à representação feminina.

O candidato de Vieira de Leiria, Mário Pedrosa, metalúrgico da Tomé Feteira, leu uma declaração em nome de todos os candidatos e no final, João Faria Borda, que se havia candidatado às eleições de 1975 saudou os novos representantes do PCP às próximas eleições.

AMÉRICO LEAL EM SESIMBRA

No passado dia 21 esteve presente em Sesimbra, numa sessão de esclarecimento promovida pela comissão concelhia do PCP, o camarada Américo Leal, perante uma numerosa e interessada assistência.

Abriu a sessão o camarada Carapinha da Comissão Concelhia de Sesimbra, que começou por desmascarar as ideias reacçãoárias dos partidos ditos «democratas», PPD, CDS, PPM, PDC e outros, assim como o seu único objectivo, o de enganar e explorar ainda mais o pescador e

todas as classes trabalhadoras. Seguidamente falou o camarada Carlos Mário, pescador e membro da Juventude Comunista, que começou por abordar os problemas da juventude de Sesimbra, que bem cedo é atirada para a linha desorganizada, na qual não encontra condições para se desenvolver socialmente e acaba por ser introduzida nesta engrenagem de vida simples e humilde em que o hábito de pensar numa vida melhor foi completamente varrido. Salientou ainda a imperiosa necessidade da reestruturação da pesca e da vida social do pescador.

Falou ainda Carlos Espadinha, da Comissão Concelhia de Sines, membro do sindicato dos pescadores e candidato suplente à Assembleia Legislativa pelo Distrito de Setúbal, que se referiu aos ataques que alguns armadores de Sines fazem ao sindicato e seus delegados, exortando à unidade de todos os trabalhadores.

Por fim usou da palavra o camarada Américo Leal, membro do Comité Central, focando três temas, os quais foram aprofundados em franco debate com a assistência: Problemas de política geral; Reforma agrária e Problemas sobre as condições dos pescadores.

No primeiro ponto, entre outros temas, salientou a estratégia adoptada pelo partido no Congresso efectuado no dia 14. Focou ainda o clima de terror que impera no norte do País levado a cabo pelos partidos reacçãoários e da impossibilidade da livre expressão dos membros do nosso partido e da impassividade das forças de esquerda contra o avanço da direita.

Passando ao segundo ponto lembrou a imperiosa necessidade da consolidação das conquistas das nacionalizações, o controlo operário e a reforma agrária, citando dados estatísticos sobre a produção nas cooperativas agrícolas que alguns casos triplicaram em relação aos anos anteriores.

No último ponto referiu a necessidade da criação de uma rede de frio que abrange todo o excesso de pescado de forma a combater a especulação dos intermediários.

Falou ainda Carlos Espadinha, da Comissão Concelhia de Sines, membro do sindicato dos pescadores e candidato suplente à Assembleia Legislativa pelo Distrito de Setúbal, que se referiu aos ataques que alguns armadores de Sines fazem ao sindicato e seus delegados, exortando à unidade de todos os trabalhadores.

Por fim usou da palavra o camarada Américo Leal, membro do Comité Central, focando três temas, os quais foram aprofundados em franco debate com a assistência: Problemas de política geral; Reforma agrária e Problemas sobre as condições dos pescadores.

No primeiro ponto, entre outros temas, salientou a estratégia adoptada pelo partido no Congresso efectuado no dia 14. Focou ainda o clima de terror que impera no norte do País levado a cabo pelos partidos reacçãoários e da impossibilidade da livre expressão dos membros do nosso partido e da impassividade das forças de esquerda contra o avanço da direita.

Passando ao segundo ponto lembrou a imperiosa necessidade da consolidação das conquistas das nacionalizações, o controlo operário e a reforma agrária, citando dados estatísticos sobre a produção nas cooperativas agrícolas que alguns casos triplicaram em relação aos anos anteriores.

No último ponto referiu a necessidade da criação de uma rede de frio que abrange todo o excesso de pescado de forma a combater a especulação dos intermediários.



JAIME SERRA NO LARANJEIRO

A actual situação política e o Programa Eleitoral do PCP foram os principais temas abordados pelo camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, no decorrer de um comício realizado no passado dia 19 no Clube Recreativo do Laranjeiro, e que contou com a presença de mais de mil pessoas.

Presidiu ao comício a camarada Maria Antonieta, da Comissão de Freguesia do Laranjeiro do PCP, tendo intervenido em nome da UEC e da UJC respectivamente os camaradas Catarina Silva e Francisco José, os quais se referiram ao papel da juventude no actual momento político.

A dada altura interveio Maria Alice Moreira, católica, e candidata independente pelo nosso Partido no distrito de Setúbal. Maria Alice Moreira abordou longamente os interesses comuns dos trabalhadores, católicos e não católicos, na luta pela defesa das conquistas alcançadas após o 25 de Abril. A candidata independente condenou, ainda, as manipulações reacçãoárias de que são vítimas muitos eleitores católicos.

Eleições o qual, referindo-se à luta dos enfermeiros, chamou a atenção para que esta classe não se deixe arrastar para formas de luta que, neste momento, as forças reacçãoárias aproveitam para tentar colocá-la em posições antagónicas aos interesses do povo que serve.

Encerrou o comício o camarada Jaime Serra, que apelou para a necessidade da unidade de todos os eleitores da esquerda. O camarada Jaime Serra frisou que todos os que querem construir no nosso País um regime democrático a caminho do socialismo devem votar nos candidatos do Partido Comunista Português como condição para a formação de uma maioria de esquerda na Assembleia da República.

Entretanto, e por iniciativa do secretário da célula do nosso Partido na Fábrica de Cortiça Wicander, o camarada Jaime Serra visitou aquelas instalações fabris, após o que orientou uma sessão de esclarecimento na qual participaram centenas de trabalhadores.

O camarada Jaime Serra esteve igualmente nas instalações da Construtora Moderna, a convite do secretariado da célula do PCP, participando também numa sessão de esclarecimento que ali se realizou.

CT DO PCP EM LEIRIA

Os camaradas de Leiria trabalham para reabrir o Centro destruído pelo terrorismo fascista

A Comissão Concelhia de Leiria do PCP tem procedido a repetidas diligências, no sentido de restabelecer as condições de actividade do Partido naquele distrito.

Uma delegação daquela Comissão Concelhia do PCP deslocou-se no dia 23, ao Ministério da Administração Interna, onde foi recebida pelo adjunto do ministro, dr. Caldeira.

O objectivo desta diligência foi o de transmitir a situação política naquele distrito e particularmente no Concelho e na própria cidade de Leiria.

Foram expostas as dificuldades existentes para a actividade do Partido, nomeadamente na cidade de Leiria, onde, depois do assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Agosto do ano passado, os militantes têm actuado numa situação de semiclandestineidade, dado o avanço das forças reacçãoárias, que tudo tentam fazer para impedir a acção do Partido junto das massas.

Foi realçada a grande preocupação da Comissão Concelhia pela falta do Centro de Trabalho numa capital de distrito e os esforços encetados junto das autoridades, especialmente do governador civil no sentido de serem criadas condições que possibilitem a existência de um

Centro de Trabalho, o que até agora se tem saldado por vãs tentativas e promessas.

Pelo adjunto do ministro da Administração Interna foi mostrada compreensão pelos problemas apresentados e o interesse, já manifestado pelo MAI, em salvaguardar as liberdades democráticas, especialmente durante a campanha eleitoral, com medidas de segurança, que o Conselho da Revolução tornou público que iriam ser postas em prática.

Foi comunicado também à delegação da Comissão Concelhia de Leiria que o MAI faz diligências junto do governador civil a fim de tentar solucionar a questão do Centro de Trabalho em Leiria, através de algum edifício público que esteja devolvido ou por outra forma, a fim de que o PCP possa efectivamente dispor de um Centro de Trabalho para a campanha eleitoral que se avizinha.

Foi ainda prometido que o MAI transmitiria na próxima 5.ª-feira à Comissão Concelhia de Leiria o resultado das diligências efectuadas e que levaria o problema em questão à próxima reunião do Conselho da Revolução, no ponto da ordem de trabalhos sobre a campanha eleitoral.

A REFORMA AGRÁRIA RESISTE À RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Atacada por todos os saudosistas da exploração fascista, a Reforma Agrária é defendida pelos trabalhadores seareiros, rendeiros e pequenos proprietários. A solidariedade com Vítor Louro e as decisões do Plenário de Torres Vedras são exemplos, entre outros que referimos, da defesa activa de uma conquista sem a qual não há processo revolucionário

«A suspensão do secretário de Estado da Estruturação Agrária da sua actividade e a suspensão dos trabalhadores da CRRA de Coruche, é nitidamente uma manobra da CAP para afastar os homens progressistas e empenhados na defesa da Reforma Agrária, para mais facilmente liquidarem as grandes conquistas que a mesma traz a todos os trabalhadores e ao povo em geral». Estas palavras não são excessivas. Correspondem ao sentimento generalizado entre os trabalhadores e são subscritas por 8 organizações sindicais do distrito de Santarém, num comunicado

Vítor Louro, na defesa da Reforma Agrária, tomou nesses distritos alentejanos outra forma não menos significativa como jornada de luta.

Entre as moções aprovadas durante a paralisação referimos uma, pois o espaço não chega para todas. Escolhemos a dos trabalhadores agrícolas das freguesias de Vale de Figueira, S. Vicente do Paul e Reguengo do Alviela que, reunidos em plenário, no Largo dos Trabalhadores, junto à Igreja Paroquial desta última localidade, analisaram os últimos acontecimentos em Coruche e a suspensão do secretário de Estado

Lei da Reforma Agrária. Assim, o Plenário afirma a sua solidariedade para com os pequenos proprietários-senhórios e aponta ao Governo a necessidade de que, simultaneamente com a aplicação da Lei do Arrendamento, sejam garantidas pensões aos pequenos senhores pobres».

ALIANÇA E SOLIDARIEDADE

Aumenta, entretanto, o apoio e a solidariedade à Reforma Agrária. É o caso do Arsenal do Alfeite, onde os trabalhadores «demonstram na prática a aliança entre a classe operária e o camponato, ao oferecerem (produto de subscrição), um tractor à Cooperativa Boa Lembrança de Cercal do Alentejo, cuja entrega será feita no próximo dia 28, contanto-se desde já — como afirma num comunicado a Comissão Concelhia de Almada do nosso Partido — com a presença maciça dos trabalhadores do Arsenal, bem como das cooperativas próximas e ainda de mais trabalhadores, quer da região, quer de lugares distantes».

Contra as manobras provocatórias da reacção realizou-se no sábado passado, em Odemira, uma grande manifestação convocada pelo Partido Comunista Português e a concentração verificou-se, ao princípio da tarde, na Praça da República.

ODEMIRA FIRME CONTRA A REACÇÃO

A reacção voltou a ser derrotada em Odemira onde uma manifestação com o objectivo de afastar os médicos que prestam serviço no hospital se saldou num completo malogro

Perante alguns milhares de trabalhadores que vieram de vários pontos do concelho usaram a palavra um representante local do PCP, um representante do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, um membro da unidade colectiva de produção agrícola de Odemira «Vitória do Povo», um camarada



No passado domingo realizou-se na Cooperativa Agro-Pecuária do Monte Ruas, no concelho de Aljustrel, uma jornada de trabalho voluntário em que participaram, com as suas máquinas, trabalhadores das freguesias de Ervidel e Montes Velhos. Também participaram trabalhadores de Messejana, que se encarregaram da esquila de ovelhas



O Trator oferecido pelos trabalhadores do Arsenal do Alfeite. Mais uma contribuição para a Reforma Agrária

intitulado: «As Liberdades em Perigo». Lembrando que «a hora é de cerra fileiras em defesa da Revolução e das suas conquistas para isolar e bater o inimigo principal — a direita fascista», o documento é um dos muitos que, nos últimos dias tem circulado entre a população e chegado às redacções dos jornais, manifestando protesto e repúdio pela decisão de suspender das suas funções o camarada Vítor Louro, secretário de Estado da Estruturação Agrária. «Inserida no ataque das forças de direita reacção a todo o processo da Reforma Agrária», essa medida surgiu depois de uma campanha de mentiras lançada pela imprensa reacção, e insere-se num plano mais vasto para «desestabilizar» a situação política em Portugal, tentativa que passa sobretudo pela «virulenta ofensiva contra a Reforma Agrária, caracterizada tanto pelos assaltos e ataques armados às herdades colectivas e espancamentos organizados a trabalhadores que as estão erguendo, como pelos assaltos a Centros da Reforma Agrária e pela desenfreada campanha contra todos os que no aparelho de Estado defendem e apoiam esta obra maior da Revolução Portuguesa» como assinala a Comissão Política do Comité Central do nosso Partido.

«O Plenário de Torres Vedras» Os pequenos e médios agricultores, convocados pelo seu Secretariado das Ligas do Distrito de Lisboa, reuniram, entretanto, um plenário em Torres Vedras, onde tomaram decisões da máxima importância sobre assuntos urgentes e que os tocam muito de perto, como arrendamento rural, Reforma Agrária, comercialização, escoamento e preços dos produtos agrícolas, associação nas Ligas, apoio técnico, crédito e Previdência. Foram aprovadas várias moções. Além da que se solidariza com o camarada Vítor Louro, que já referimos, foram aprovadas mais quatro, referentes à Previdência Rural, à Junta Nacional dos Vinhos, à «atitude dos órgãos de informação» e às Comissões Arbitrais.

O PLÊNARIO DE TORRES VEDRAS

Nas conclusões aprovadas sobre aqueles assuntos os pequenos e médios agricultores revelam que a aplicação da Lei do Arrendamento Rural (uma das grandes conquistas dos rendeiros e parceiros) tem sido dificultada «por que as comissões arbitrais de arrendamento não funcionam em muitas comarcas, como é o caso da comarca de Maíra e de Vila Franca de Xira, quer porque se tem verificado da parte de ricos proprietários-senhórios uma feroz oposição, à aplicação da Lei, como é o caso do senhorio Raimundo, de Olhalvo, que expulsou os rendeiros, arrancando as vinhas por eles plantadas».

«Por de mais, a aplicação da Lei do Arrendamento, o Plenário considera que os pequenos proprietários-senhórios, que sempre trabalharam a terra directamente e que se viram na necessidade de, por doença ou velhice, arrendarem a terra, não podem ser prejudicados devido à aplicação da Lei do Arrendamento, enquanto os grandes agrários exploradores recebem indemnizações pela aplicação da

de Estruturação Agrária. Vendo em perigo todas as conquistas alcançadas após o 25 de Abril de 1974, deliberaram entre si o seguinte: «paralisar o trabalho por tempo indeterminado; repudiarem energeticamente todas as manobras reacção das Confederação de Agricultores Portugueses, entrega imediata de terra aos pequenos e médios seareiros em propriedades expropriadas e ainda não transformadas em unidades de produção; a imediata reabertura da delegação do Centro Regional da Reforma Agrária em Coruche, para assim se poder garantir a continuação e concretização da Reforma Agrária; que seja anulada imediatamente a suspensão do secretário de Estado da Estruturação Agrária, Vítor Louro».

Depois de referir que as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, como organizações de classe, «têm de se empenhadas», contrariamente ao que dizem responsáveis do MAP, importante papel na luta pela melhoria das condições de vida dos pequenos e médios agricultores (proprietários, rendeiros e parceiros); o Plenário «reclama que o Ministério da Agricultura e Pescas forneça crédito em boas condições e apoio técnico aos pequenos e médios agricultores», pois é com apreensão que vêem «técnicos da sua confiança virem a ser saneados dos organismos técnicos e serem substituídos por técnicos que sempre estiveram ao lado dos grandes proprietários no tempo do fascismo. Assim o Plenário reclama que seja posto fim aos saneamentos de técnicos progressistas e que os já saneados se sejam imediatamente reintegrados».

DISCRIMINAÇÃO E CALÚNIAS

Enquanto isso, a imprensa reacção faz o que pode para denegrir e caluniar as iniciativas, os homens e as organizações representativas que maiores esforços desenvolvem para evitar que a Reforma Agrária seja «recuperada» pelo capital latifundiário e pelos propugnadores da «desestabilização» do nosso processo democrático.

«Tal actuação — afirma o Plenário — é discriminatória em relação à chamada CAP, a quem estes senhores estão a dar toda a cobertura».

A quem servem os órgãos de informação? — perguntam os pequenos e médios agricultores. A resposta é dada todos os dias pelo decantado «pluralismo», que de plural não tem nada, e pelos órgãos estatizados que abrem as

suas páginas e os seus microfones às campanhas difamatórias e a tudo o que possa servir de ameaça para as liberdades, que, muitas vezes, são eles os primeiros a atacar, em atitudes condenáveis, que assumem foros de escândalo nacional.

ASSEMBLEIA POPULAR DE ALMADA

Grande participação e importantes conclusões caracterizam a última reunião da Assembleia Popular do Concelho de Almada

Realizou-se no passado sábado, no Salão de Festas da Incolver Almadsense, a Assembleia Popular do Concelho de Almada. A Assembleia foi organizada pelo Núcleo Dinamizador que é composto pela Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores de Almada, pela União dos Sindicatos de Almada, pelo Secretariado das Colectividades de Almada, pelas Comissões Administrativas das Autarquias Locais e pelos órgãos unitários de Freguesia das Comissões de Moradores.

A Assembleia contou com a participação de cerca de 400 delegados em representação de 40 Comissões de Moradores, 25 Comissões de Trabalhadores, 18 Colectividades e 3 Sindicatos.

Estiveram representadas, como convidadas, as seguintes organizações: C.I.S.S.L. (Comissão Integradora dos Serviços de Saúde Locais), Grupo Dinamizador de Controle de Abastecimento e Preços, M.D.M., C.R.A.R.A. (Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária), C.P.P.C., M.U.T.I. e Comissão Administrativa do Concelho de Almada.

A Assembleia cumpriu a seguinte ordem de trabalhos: 1 - Discutir o papel das organizações populares na estrutura do poder local; 2 - Análise do programa de obras municipais para 1976/2 - apresentação e ratificação das conclusões.

6 - Instituir a Assembleia Popular do Concelho de Almada como órgão representativo, unitário e aparlidarado, das organizações populares do concelho, com funcionamento permanente, para o qual deve criar um órgão executivo que assegure, na prática, as funções que lhe foram cometidas pela assembleia popular.

TERRORISMO EM VISEU «PREPARA» AS ELEIÇÕES

A lei do terrorismo continua a vigorar em Viseu. Um bando de marginais, agindo por conta de partidos reacção, ou de conhecidos provocadores, promoveu, na quarta-feira da semana passada, uma «manifestação» em frente do Hospital, que contou com a presença de outros marginais e desordeiros notórios. Alguns apresentavam-se armados e foi nesse aparato ostensivo que passaram em revista as enfermarias para saber se os doentes estavam a ser devidamente tratados, numa provocação descarada aos trabalhadores enfermeiros, feita na presença de alguns agentes da PSP, que se esforçavam por não ver as armas dos provocadores.

Deve-se assinalar que nada faltou aos doentes, em Viseu, durante a greve dos trabalhadores da enfermagem, nem tão pouco o povo adoeceu, a essa «manifestação» do submundo visense, chegando pelo contrário, a impedir que os arruaceiros vissem o carro do dr. Diamantino, médico estimado pela população e candidato pelo nosso Partido às próximas eleições.

Os nomes dos marginais são conhecidos, mas beneficiam da complacência das autoridades. Uma das ocupações favoritas do bando são as ameaças de morte pelo telefone, a altas horas da noite, e cartas anónimas não menos ameaçadoras. Os visados são os candidatos do nosso Partido às próximas eleições para a Assembleia da República.

Se os nomes dos provocadores e arruaceiros são conhecidos, conhecidos são também as organizações para que trabalham: CDS, PPD, Galvão de Melo, etc.

Perante as ameaças e as provocações, perante os atentados às liberdades, que fazem as autoridades do Distrito? Será que agir contra a perturbação da ordem pública já não cabe nas suas atribuições? Ter-se-á arvorado em Viseu a mais completa incuria em atitude democrática? Ou pretende-se apenas dar cobertura à reacção armada e aos seus homens de mão?

Deve-se assinalar que nada faltou aos doentes, em Viseu, durante a greve dos trabalhadores da enfermagem, nem tão pouco o povo adoeceu, a essa «manifestação» do submundo visense, chegando pelo contrário, a impedir que os arruaceiros vissem o carro do dr. Diamantino, médico estimado pela população e candidato pelo nosso Partido às próximas eleições.

Os nomes dos marginais são conhecidos, mas beneficiam da complacência das autoridades. Uma das ocupações favoritas do bando são as ameaças de morte pelo telefone, a altas horas da noite, e cartas anónimas não menos ameaçadoras. Os visados são os candidatos do nosso Partido às próximas eleições para a Assembleia da República.

UMA NOVA REVISTA

Considerações sobre a reforma agrária 1976: os projectos políticos e as implicações económicas Sobre o orçamento geral do Estado para 1976

decidida posição da população do concelho que de imediato rodou as instalações hospitalares manifestando-se solidária com os médicos que já ali prestam serviço e repudiando vigorosamente as manobras da reacção, exigindo ao mesmo tempo que fosse esclarecida a posição dos novos médicos policlínicos na medida em que estavam a ser aproveitados pelas forças reacçãoárias.

ARRANCAR CARTAZES

A administração da Profabril nacionalizada contra as liberdades democráticas

A Profabril é uma das empresas do grupo CUF, especializada em projectos. Tal como todas as outras firmas que constituíram os monopólios dos Meios, encontra-se nacionalizada, com uma administração nomeada pelo Estado.

«No entanto, e como seria de esperar, a ausência das liberdades fundamentais, durante 48 anos, tem-se reflectido, após o 25 de Abril, frequentemente, em hesitações e inabilidade durante o seu exercício, nomeadamente na aplicação de cartazes.»

«Este facto não é, porém, impeditivo de uma situação democrática, pelo contrário, leva inevitavelmente as pessoas, pela própria prática diária, a encontrarem os métodos mais correctos. A comprová-lo, a atitude dos trabalhadores da PROFABRIL que, em Plenário, decidiram que a aplicação de cartazes de propaganda partidária limitar-se-ia à recepção, pondo fim à sua exposição nas zonas de circulação dos outros andares.»

«A atitude da Administração ao fazer arrancar, no passado dia 15, todos os cartazes expostos na recepção, independentemente do

usavam da palavra — esborraram-se rapidamente e os poucos manifestantes reacçãoários foram debandando aos poucos, lançado injúrias entre dentes.

Entretanto os trabalhadores presentes criticaram as ordens que as praças da GNR receberam dos superiores para revistarem minuciosamente todos os tractores e atrelados em que os trabalhadores se deslocavam sem que tivesse sido dado ordens para procederem de igual modo em relação aos automóveis de luxo que apareceram na vila para apoiar a manifestação reacçãoária.

agentes da PIDE/DGS, e se proceda sem mais demoras ao seu julgamento pelos crimes cometidos durante o terror fascista; e repudiando os saneamentos do Ministério do Comércio Interno a política do Ministro Magalhães Mota, e ainda uma moção de censura ao «Jornal de Almada» pela sua acção desmobilizadora e de ataque às Comissões de Trabalhadores e Moradores.

«Por este motivo, a Célula do PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS da Profabril alerta todos os trabalhadores para a tentativa de restrição das liberdades fundamentais, mediante a prática do processo do «facto consumado», e chama a atenção de todos para a firmeza que é necessário demonstrar, não cedendo a manobras antidemocráticas nem abdicando do exercício das liberdades fundamentais, já consagradas pelo texto da nova Constituição.

«Os trabalhadores comunistas desta Empresa acham correcta a exposição de propaganda partidária de uma forma disciplinada, mas não aceitam a prepotente restrição ou anulação da mesma, defendem também a aplicação de informação e propaganda de carácter diferente, como sejam informações urgentes da CT, informações sindicais, informações de plenários sectoriais, de formação técnica, de iniciativas culturais, etc. que não deverão sofrer qualquer espécie de restrições, desde que sejam salvaguardados os aspectos estéticos e de armariação, variáveis de caso para caso.»

E concluem os camaradas da célula da Profabril: «A Célula do PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS da Profabril — apela para a união de todos os trabalhadores, na defesa intransigente do programa das grandes conquistas do povo português, as liberdades fundamentais — alerta simultaneamente contra argumentações não consideradas solidamente fundamentadas ou outras que, restringindo as liberdades e/ou dividindo os trabalhadores, escondem o objectivo real: o regresso a situações anteriores ao 25 de Abril, o regresso ao Fascismo.»

PROTESTOS VEEMENTES

Entre as formas de protesto contra a suspensão do camarada Vítor Louro, adquiriram relevo especial as adoptadas pelos trabalhadores agrícolas no sul do Ribatejo e no Alentejo. A solidariedade entre os defensores da Reforma Agrária atingiu proporções raramente verificadas naquelas províncias. Muitos concelhos e freguesias do sul do Ribatejo paralisaram por completo, incluindo o comércio. No dia 17 do corrente, em Alpiarça, Couço, várias freguesias do concelho de Santarém, Almeirim, Vale de Cavalos (concelho de Chamusca), Salvaterra de Magos, Benavente e em muitos outros locais, os trabalhadores paralisaram e aprovaram moções de protesto contra a suspensão do camarada Vítor Louro, exigindo a sua reintegração imediata, bem como a reabertura do CRRA de Coruche.

Aos trabalhadores agrícolas juntaram-se muitos operários da construção civil e metalúrgicos, provando na prática a unidade que preside ao movimento popular de massas na defesa das conquistas da revolução.

No Alentejo, a jornada de luta e solidariedade tomou aspectos diferentes. Como a maioria das terras já é gerida pelos trabalhadores, aí não houve paralizações. Houve trabalho. Trabalhou-se, se é possível, ainda com mais afinco.

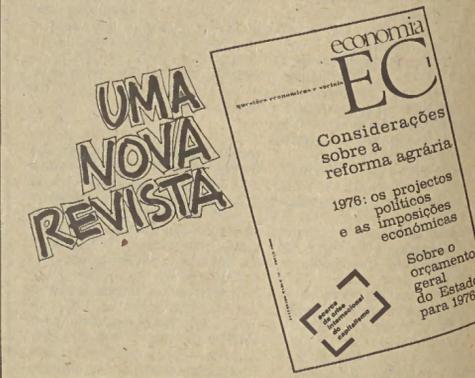
RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Os trabalhadores repudiam a suspensão da Comissão Administrativa da Joaquim Francisco dos Santos por se inserir na tentativa de recuperação das empresas pelo patronato

As Comissões de Trabalhadores do J. Pimenta Lda., da Icesa, das Construções Técnicas, da Siderurgia, da Trefilária, o Sindicato da Construção Civil, a Intersindical, o Secretariado Provisório das Empresas da Construção Civil aprovaram, no decorrer da reunião efectuada na passada semana na «Joachim Francisco dos Santos», uma proposta da Comissão de Trabalhadores da «Habitat» na qual é pedida a mobilização dos trabalhadores das empresas «para os alertar para o perigo que representa a medida governamental de suspender a Comissão Administrativa da Soc.

de Const. Joaquim Francisco dos Santos Lda.»

ex-delegado do Governo, eng.º Rogério Grave, expulso pelos trabalhadores da empresa, mas ignorando deliberadamente a repetida exposição dos factos apresentados pelos trabalhadores, o Ministério da Construção Civil e Habitação impôs ao Governo a suspensão da nossa Comissão Administrativa, até à realização de um «inquérito» com o qual pretendem «legitimar» a entrega da empresa recuperada aos seus antigos espoliadores e dela expulsar todos os que honestamente se bateram e batem pela sua valorização.



UNIDADE POPULAR CONTRA A CARESTIA

A recente manifestação popular contra a carestia da vida e a falta de géneros de primeira necessidade foi pretexto para uma lúcida e serena análise acerca daqueles problemas

Milhares de trabalhadores, homens e mulheres que sentem no dia-a-dia a subida em fecho os preços, a escassez dos géneros essenciais e a falta de apoio aos pequenos comerciantes e às unidades colectivas de produção, manifestaram-se na passada sexta-feira, frente ao Ministério do Comércio Interno, contra a carestia da vida e contra a política antipopular seguida pelo ministro Magalhães Mota.

Esta jornada de luta, que foi convocada no passado dia 13 durante o Plenário Nacional Contra o Custo de Vida realizado na FIL, por iniciativa de trinta e nove organizações de pequenos e médios comerciantes, unidades colectivas de produção, órgãos de contabilidade popular, Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e outros organismos unitários, voltou a demonstrar que os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas da população não estão dispostos a cruzar os braços perante medidas antipopulares.

A manifestação aderiram 192 organizações de trabalhadores e moradores, registando-se ainda a presença de várias empresas e cooperativas agrícolas.

desde os primeiros Governos Provisórios, vinha praticando uma política de contenção de preços em defesa do consumidor. Hoje, a sua actividade está paralisada.

Alguns preços já foram estabelecidos pelo Governo, ignorando o seu carácter técnico (transportes, fuel, gasolina). A batata de consumo, por exemplo, teve o seu preço aumentado sem que o preço fosse ouvida. E onde encontrá-la ao preço tabelado? Os preços não são obedecidos quando não acompanhados de outras medidas, como por exemplo, de fiscalização. Magalhães Mota sabe-o bem.

Por isso, afasta o Director-Geral da Fiscalização Económica e impede que o povo saiba a verdade suspendendo o programa de Televisão «Afinal como é?».

Por outro lado, não se praticam preços justos aos produtores. O fruto do açambarcamento e da especulação reverte por inteiro para os grandes intermediários parasitas.

quase o dobro do consumo de Lisboa, produzidos por 15 000 produtores.

Quando à manteiga o Ministro do Comércio Interno é directamente culpado pela falta do produto no mercado. A tempo e horas, a Direcção da JNPP propôs as medidas necessárias à normalização do abastecimento deste produto recorrendo à produção nacional, mas uma vez mais, as propostas nunca chegaram a obter qualquer resposta. Volta-se assim à importação da manteiga com os habituais inconvenientes de saída de divisas e a sujeição às variações de preço e de especulação do mercado internacional (mais de 50 % da manteiga necessária ao consumo é importada).

A FALTA DE ESCOAMENTO DO AZEITE E DO VINHO

Na sequência da sua intervenção abordou ainda o problema do azeite e do vinho, salientando que o Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos está paralisado, não tendo o MCI tomado qualquer medida para o prosseguimento da sua actividade, largamente sentida por milhares de trabalhadores agrícolas e pela população em geral.

«A autorização para obter meios financeiros para pagar aos produtores não é despachada. Como a grande parte do azeite é produzida pelas herdades colectivas, que ficam assim em grandes dificuldades, é a Reforma Agrária que o Ministro está a atingir, pois os armazéns descontentes com as novas margens de comercialização estão a deixar de comprar azeite aos produtores.

Quando foi fixado o novo preço de garantia do azeite, foram avisados os produtores, mas não os armazéns. Durante dois meses e meio, os grandes armazéns puderam especular, comprando azeite aos produtores entre 2500 e 7500 abaixo do preço de garantia e, mesmo assim, são estes mesmos armazéns que, estão a beneficiar com a atribuição de subsídios», declarou.

Antes de destacar a actual escalada das forças reacçãoárias, que se tem manifestado na recuperação capitalista com a reentrada da entidade patronal nas empresas anteriormente ocupadas pelos trabalhadores ou com intervenção estatal, nos atentados terroristas, nos saqueamentos à esquerda, nos ataques à Reforma Agrária, etc., o delegado da Comissão contra o aumento de custo de vida abordou vários problemas: as sementeiras, a vinicultura e a batata de consumo. Relativamente a este último, apontou:

«Para garantir o abastecimento de batata de consumo a Junta Nacional das Frutas propôs em tempo ao MCI a importação da mesma em regime de exclusividade. Como para tantos outros assuntos urgentes, o Ministério do Comércio Interno despachou esta proposta tardemente, quando já se fazia sentir a falta de batata no mercado internacional. Pouco depois a importação é «liberalizada» e os importadores privados passam a comprar a batata a qualquer preço. Como a escassez se mantém, os preços atingem cotizações elevadas e o MCI «liberaliza» o preço da batata. As consequências são as de conhecimento geral: a batata a 5 e a 5 \$ 50 para 12500/13500. Os armazéns puderam vender ainda por alto preço muita da batata que tinham comprado ao anterior preço fixado de 4570.

Apesar da JNF ter voltado ao exclusivo da importação, apesar do preço ter sido fixado depois em 7550, os produtores e o público consumidor já haviam sido bem prejudicados com a política irresponsável e demagógica do ministro Magalhães Mota.»

A QUEM SERVE A POLÍTICA DO MCI?

A demissão das CA dos «Supermercados Integrados» (A. C. Santos, Boa Ajuda, Modelar, Nutripol e Pão de Açúcar) e empresas associadas, constitui outro dos temas debatidos. Depois de afastar a Comissão de Trabalhadores, que vinha dirigindo uma actividade de enquadramento com as necessidades da Reforma

Agrária e do normal abastecimento a toda a população, o ministro Magalhães Mota decidiu nomear arbitrariamente, como é seu hábito, uma nova Comissão afecta aos seus ideais políticos, a qual criou imediatamente as condições para cortar mais um importante canal de escoamento, principalmente para as cooperativas da zona da Reforma Agrária.

E para finalizar afirmou: «O que está em causa é que o Sr. Ministro do PPD segue uma política de classe, que é a classe que o seu partido serve, a classe dos grandes capitalistas, dos intermediários parasitas, dos patrões reacçãoários. E esta política terá obrigatoriamente que ser uma política contra os pequenos e médios produtores, contra os trabalhadores, contra o público consumidor de poucos recursos, ou seja, contra a grande maioria do povo português.»

No decurso desta concentração-cómicio, que resultou numa significativa demonstração de unidade popular contra a política de recuperação capitalista, falou um representante da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Setúbal: «O Governo não toma medidas para criar uma estrutura organizada e coordenada entre os produtores e os consumidores a nível nacional, beneficiando, desta forma a actividade dos intermediários, comendo o povo mais caro e nós, trabalhadores, nunca alcançaremos salários justos para o nosso trabalho.»

AS MULHERES E O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

Antes dos manifestantes aprovarem uma moção falou uma dona de casa, da Comissão de Moradores de S. Domingos de Rana, que salientou: «Também a nós, mulheres, cabe a responsabilidade de não deixar traír o espírito do 25 de Abril. Nós sentimos muito profundamente que a Revolução Portuguesa nos dá possibilidade de participar activamente na vida do nosso país, aquilo que o fascismo não permitia e nos subjugava à mais dura exploração. Por isso, nesta hora, não estamos presentes para dizer não a uma política de fome, para a qual os senhores do PPD nos querem atrair.»

MOÇÃO APROVADA

No final das várias intervenções foi aprovada uma moção em que se exige, nomeadamente:

- 1 - Que o MCI decretar o congelamento dos preços dos bens essenciais e intensifique o combate à especulação através de rigorosa fiscalização das grandes intermediárias e empresas de comercialização e não só os pequenos retalhistas como vem sendo feito até agora;
- 2 - Que o MCI execute uma rápida planificação dos circuitos comerciais de forma a eliminar os intermediários parasitas, utilizando os supermercados nacionalizados e imponha medidas concretas contra o açambarcamento;
- 3 - Que o MCI publique os novos preços de garantia para os pequenos e médios produtores agrícolas e assegure o escoamento dos seus produtos. Que assegure, igualmente, o escoamento da produção das centenas de cooperativas agrícolas da Reforma Agrária, que podem contribuir decisivamente para que hajam mais produtos e os preços não subam;
- 4 - Que os organismos de Coordenação Económica tenham poderes de intervenção em regime de exclusividade;
- 5 - Que o Governo, através do órgão competente, assegure a imediata implantação do Seguro Multiagrário Regional;
- 6 - Que o Governo decretar medidas concretas e urgentes de apoio e protecção aos pequenos e médios comerciantes;
- 7 - Que a intervenção estatal que existe em algumas empresas se mantenha de forma a obstar o regresso dos patrões, que as arruinaram ou abandonaram, e que os respectivos trabalhadores sejam sempre ouvidos sobre as medidas que afectam a vida dessas empresas;
- 8 - Que os trabalhadores do próprio MCI sejam ouvidos sobre a «reestruturação desse Ministério» decidida pelo actual ministro;
- 9 - Que a Rádio Televisão Portuguesa seja colocada imediatamente ao serviço das classes trabalhadoras e da maioria do povo deste país.»



TÊXTEIS UNIDOS NA DEFESA DOS TRABALHADORES

A reconversão do sector têxtil, de modo a que defenda os interesses dos trabalhadores e do povo português, foi uma das conclusões aprovadas no final do I Congresso dos Trabalhadores Têxteis, grande jornada de unidade operária

O I Congresso dos trabalhadores têxteis, que durante três dias se desenrolou na cidade do Porto, veio realfirmar a unidade da classe trabalhadora daquele sector contra a reconversão capitalista.

Frisando bem esta posição, umas das conclusões aprovadas no Congresso refere que «só a construção do Socialismo pode levar à eliminação do desemprego e à reconversão socialista da economia», acrescentando que os trabalhadores lutarão «pelo direito ao trabalho, contra o desemprego, tanto ao nível de fábrica como do aparelho de Estado (Governo, Ministérios, etc.)», pois a crise do sector «é uma crise de fundo, estrutural, independentemente das flutuações conjunturais, isto é, de estação».

Ainda contra a reconversão capitalista do sector à custa dos trabalhadores, no resumo das conclusões do debate assinala-se que «o patronato vai tentar realmente modificar alguns aspectos do sector, nomeadamente comprando novas máquinas, se lhe for emprestado dinheiro (mas não vai com certeza vender os aviões e automóveis)».

Definindo as alterações no sector têxtil que interessam aos trabalhadores, as conclusões apontam as que acarretam melhoria das condições de trabalho», bem como as que permitam «pro-

duzir para o povo português o que ele precisa, à baixo preço e de boa qualidade, isto é reorganização da produção numa perspectiva socialmente útil». Outras condições são ainda apontadas como de fundamental importância: «As que permitam escolher os nossos compradores ou vendedores segundo as melhores condições de oferta e, portanto, numa via de independência da economia nacional, tendo em conta para isto a necessária reorganização do comércio exterior»; «as que garantam a existência de pequenas e médias empresas, livres dos grandes capitalistas»; as que defendam intransigentemente as empresas em autogestão, cooperativas e sob intervenção do Estado»; e «as que promovam a formação de quadros técnicos que assegurem o desenvolvimento do sector, defendendo as classes trabalhadoras e o povo em geral».

Destacando «que responsabilizarão o Governo e o patronato pelo agravamento da crise do sector, com consequente agravamento de desemprego e pela recusa na aplicação das propostas dos trabalhadores, bem como a tentativa da sua recuperação em pontos específicos», as conclusões do Congresso apontam a importância do controle operário, salientando:

«Como vigilância revolucionária que é, o controlo operário apontará

para uma verdadeira libertação a todos os níveis (social, económico e político) em que a produção se oriente para as necessidades do povo e não do lucro».

Defendendo embora as empresas que presentemente se encontram em autogestão mas assinalando que os trabalhadores não estão dispostos a deixarem-se arastar para mais situações deste tipo, as conclusões afirmam que, no respeitante ao controle operário, a comissão encarregada do fazer deve ser sempre da total confiança dos trabalhadores, «não se lhe permitindo a transformação numa espécie de novo patrão».

Outro assunto focado, o da Previdência, onde no aspecto do sector têxtil as dívidas do patronato se vão acumulando e somam centenas de milhares de contos, aglutinou o «repúdio absoluto da política antioperária do Ministério dos Assuntos Sociais, pela extinção do Conselho Coordenador da Previdência, pela feitura de leis nas costas dos trabalhadores que pagam a Previdência». Por seu turno os trabalhadores exigem «medidas severas para o patronato saboteador, que não paga à Previdência, responsabilizando os seus bens pessoais» e ainda «uma política de segurança social e de saúde ao serviço dos trabalhadores e controlados por estes; e publicação dos despachos que contemplam

regalias sociais para os trabalhadores de lanifícios e vestuário». No Congresso foi exigido do Governo medidas energéticas contra as acções terroristas — as liberdades sindicais no campo dos têxteis, particularmente no Norte do país, têm sido bastante afectadas — que pela força tentam esmagar as organizações sindicais. Fez-se igualmente um apelo para os trabalhadores lutarem pela garantia de exercício da acção sindical nas empresas e lutarem pela efectiva liberdade de informação e pelo acesso dos trabalhadores a esse órgão.

No Congresso, que contou com alguns convidados, nacionais e estrangeiros, nomeadamente um representante do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, foi eleito o secretário da Federação, única estrutura agora definida estatutariamente. Das duas listas que apareceram foi escolhida por maioria a lista «A» que integra os seguintes sindicalistas: João Pinto Fomes e Machado Carvalho, do Sindicato do Vestuário do Porto; Oliveira Ribeiro e José Marques, do Sindicato de Têxteis de Braga; Manuel Correia Lopes e José Simões, do Sindicato de Lanifícios e Vestuário do Sul; Kallidás Barreto, do Sindicato de Lanifícios de Castanheira de Pera; António Rodrigues e António Andrade, do Sindicato dos Lanifícios da Covilhã.

COMUNICADO DA UEC

A Comissão Executiva da Comissão Central da UEC analisa a situação do Movimento Associativo e o trabalho federativo nacional

1. As Associações de Estudantes e o Movimento Associativo têm sido e são ainda neste momento alvo de uma ofensiva das forças da direita reacçãoária e dos fascistas visando retirar-lhe o conteúdo progressista e ocupar as posições de predomínio.

Nalguns casos actuando abertamente, noutros colando-se a forças políticas menos consequentes ou divisionistas, a

direita reacçãoária prepara o terreno para o assalto ulterior. Certas forças políticas, como a Juventude Socialista, quando orienta a sua táctica para ganhar com a direita, mais não faz do que ajudar a direita a ganhar.

Por outro lado, forças provocatórias como o MRPP, AOC ou a FEC, continuam sendo através da sua acção divisionista seguros aliados da direita

reacçãoária e os seus melhores servidores.

Esta situação tem permitido avanços efectivos das forças reacçãoárias e traduz-se num real enfraquecimento do M.A.

Apesar disso, os sentimentos de unidade progressista da massa estudantil continuam a ser poderosos e são para nós uma garantia de que será possível travar a actual ofensiva dos reacçãoários nas escolas e impedir que conduzam o M.A. à sua liquidação.

A unidade de todas as forças democráticas, nomeadamente a unidade entre socialistas e comunistas, seria sem margem para dúvidas um importante contributo para a unidade na acção que urge construir.

A responsabilidade que recai sobre as forças democráticas e progressistas é grande. Urge varrer o clima de divisionismo e sectarismo que existe nas escolas.

A U.E.C. declara-se disposta a discutir e organizar acções comuns com o objectivo de levantar e fortalecer a unidade progressista dos estudantes portugueses.

No âmbito das estruturas nacionais são particularmente sensíveis essas debilidades do M.A.

Compete aos estudantes e às A.A.E.E encontrar em conjunto soluções para a coordenação do M.A. a nível nacional que permitam ultrapassar aquelas debilidades e apontar para aquele objectivo.

3. A existência de estruturas como a R.E. e o Turismo Estudantil é extremamente importante para os estudantes não só pelo trabalho desenvolvido nos seus sectores específicos, mas também por serem as únicas estruturas nacionais a funcionarem com regularidade.

O reforço do M.A. a nível nacional na perspectiva de estruturas como a R.E. e o T.E. em sectores específicos do M.A. é neste momento extremamente importante e podem ser um factor decisivo no encontrar de soluções para a estruturação do M.A. a nível nacional.

A U.E.C. denuncia a continuação do encerramento do Rádio Estudantil.

É uma tarefa prioritária dos estudantes a nível nacional a luta pela reabertura do Rádio Estudantil.

4. O M.A. continua a ser hoje um importante instrumento que os estudantes podem utilizar na luta contra o perigo do fascismo, em defesa das conquistas estudantis, na perspectiva da construção de uma escola ao serviço do Povo Português.

A não existência de uma estrutura de coordenação do M.A. a nível nacional é sem dúvida um importante debilidade que urge ultrapassar.

A União dos Estudantes Comunistas denuncia, como exemplo do clima que é necessário alterar no M.A., os últimos Encontros Nacionais de Docentes das A.A.E.E, que longe de contribuírem para a salvaguarda da unidade estudantil, são o exemplo vivo do sectarismo, oportunismo e do desrespeito completo dos princípios unitários do M.A.

A União dos Estudantes Comunistas tudo fará no sentido de encontrar em conjunto com todos os estudantes e organizações políticas, dispostos à unidade numa perspectiva antifascista e de defesa das conquistas da revolução, as soluções que permitam ao M.A. reencontrar a unidade e as estruturas indispensáveis à defesa dos interesses da massa estudantil. 16 de Março de 1976. A COMISSÃO EXECUTIVA

GREVE SUSPENSAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA DEFESA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO

Os trabalhadores da construção civil decidiram suspender a greve, cujo início estava previsto para 22 do corrente. Num comunicado, a Comissão Negociadora Sindical do Contrato Colectivo Vertical da Construção Civil baseia essa decisão na «instabilidade social que se vive hoje no nosso país» e no receio de que a greve, «sendo justa, possa vir a ser aproveitada para um regresso ao fascismo». A decisão de não ir para a greve foi tomada no interesse dos trabalhadores e do processo revolucionário, «pois a direita reacçãoária estava pensando na greve para realizar os seus objectivos contra-revolucionários».

O Conselho de Ministros aprovava, entretanto, novos salários mínimos para sete categorias de trabalhadores da

construção civil, com efeitos a partir de 1 do corrente. Por seu lado, o Presidente da República, general Costa Gomes, que recebeu durante três horas a Comissão Negociadora, «manifestou a sua apreensão pelo facto de algumas forças que não estão interessadas no processo revolucionário poderem vir a aproveitar-se da nossa justa luta».

Ainda segundo o comunicado da Comissão Negociadora, o chefe do Estado informou os seus membros de que apresentará as posições dos trabalhadores da construção civil na próxima reunião do Conselho da Revolução.

Decorria, entretanto, na sede do Sindicato dos Operários Estuadores, Trochas e Pintores do Porto, uma conferência de imprensa onde foram divulgados pormenores sobre as

perseguições e agressões sofridas por dirigentes sindicais em Bragaça, depois de sessões de esclarecimento sindical efectuadas recentemente naquela cidade.

«As acções pidescas e selvagens eram encabeçadas por mestres-de-obras, empreiteiros, familiares e outros. Entre eles, destacava-se um empreiteiro, o «Espanhol», que é mesmo zona do país. Em Bragaça, as liberdades elementares são letra morta e a exploração dos trabalhadores um facto» — afirmaram os dirigentes sindicais dos Operários Estuadores, Trochas e Pintores do Porto.

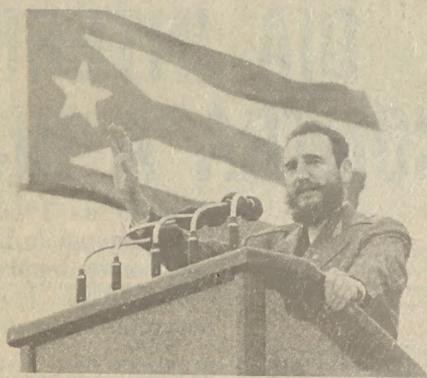
Por seu turno, a União dos Sindicatos do Porto, num comunicado, revela que «um dirigente do Sindicato da

Construção Civil do Distrito de Bragaça», ficou em «lastimoso estado físico após agressão violenta».

«A acção da PSP, neste caso, garantiu a integridade física de dois dirigentes do Sindicato dos Estuadores, Trochas e Pintores do Porto — acrescenta a USP — mas não evitou que as liberdades sindicais fossem anuladas pelo grupo de provocadores, mantendo os trabalhadores da zona sem protecção prática perante os exploradores capitalistas, reis e senhores da terra, com poderes que ultrapassam as próprias autoridades. Os provocadores não só perseguiram os dirigentes sindicais, mas até os próprios guardas da PSP se mostraram impotentes perante a histeria dos reacçãoários.»

CUBA E A SITUAÇÃO POLÍTICA MUNDIAL NAS PALAVRAS DO CAMARADA FIDEL CASTRO

Extractos do Relatório apresentado ao I Congresso do Partido Comunista de Cuba e do discurso de encerramento pronunciado pelo camarada Fidel Castro



perigo da presunção, o perigo do endeuamento, o hábito de ter autoridade, o hábito de ter poder, o exercício do poder, quantos riscos isso não contém! E quantos erros não se cometeram ao longo da história da humanidade por isso!

De modo que era muito importante em todo este período - e sê-lo-á sempre - em que os homens que têm autoridade, os homens que têm grandes responsabilidades concedidas pelos seus compatriotas, se tivessem sentido no dever de ser duros e no dever de ser rigorosos para com eles próprios. E cremos que este é um princípio que o nosso Partido deve ter sempre, ainda que no nosso Partido, e no nosso futuro, os homens individualmente importem cada vez menos, os dirigentes individualmente importem cada vez menos.

A realização do I Congresso do Partido Comunista de Cuba foi, conforme na altura assinalámos, um acontecimento da mais transcendente importância não só para o povo cubano como para o movimento comunista internacional e para a luta de todos os povos do mundo contra o imperialismo, o colonialismo, o fascismo, a exploração do homem pelo homem.

Peças fundamentais no decorrer do próprio Congresso e ao mesmo tempo textos de grande significado no que se refere a uma correcta aplicação do marxismo-leninismo nos dias de hoje, as intervenções do camarada Fidel Castro, nomeadamente o seu extenso e completo Relatório apresentado ao Congresso, resumem a história da Revolução Cubana, a situação actual e as perspectivas futuras no contexto mundial.

Desses textos divulgamos hoje alguns extractos, que apenas dão uma pálida ideia da importância que somente uma leitura global poderá proporcionar. Os subtítulos são da nossa responsabilidade.

Nos grandes processos políticos há acontecimentos que são históricos. Este, em que iniciamos o Primeiro Congresso do Partido, é um deles. Coube-nos assim o privilégio de viver um momento culminante na vida revolucionária da nossa pátria. Para chegar até aqui, foi necessário o sacrifício de inumeráveis filhos da nação cubana ao longo de várias gerações. Muitos deram a sua vida pela nobre causa da Independência, da justiça, da dignidade e do progresso do nosso povo. Para eles, para os que sofreram, para os que lutaram, para os que morreram nas guerras da Independência ou no opróbrio da neo-colónia, ou nos combates contra a última tirania ou na consolidação e defesa da Revolução, vai em primeiro lugar, a nossa emocionada recordação neste instante. Sem as suas ideias, os seus esforços e o seu sangue nunca teria sido possível este Congresso que hoje se inicia.

De mão em mão passaram os estandartes revolucionários desde os dias gloriosos de La Demajagua até hoje. O nosso Partido é o actual depositário desses estandartes e desta modo das melhores tradições revolucionárias, da história heróica e dos mais belos ideais da nossa pátria.

Adquire singular relevo e interesse político no âmbito da América Latina e no seio do movimento revolucionário mundial que esse Partido, dirigente de uma revolução socialista num país do continente americano, efectue hoje o seu Primeiro Congresso. Uma prova da grande estima com que os revolucionários de todo o mundo olham o nosso povo, o seu processo político e o seu Partido de vanguarda é proporcionada pelo número e nível das delegações que os Partidos comunistas irmãos e outras destacadas organizações revolucionárias de todos os continentes enviaram a este Congresso.

José Martí e Lênine

(...) A escravatura é abolida pouco tempo depois, em 1886, entre outras causas, como consequência inevitável da Guerra dos Dez Anos. Foram também assim o último país do hemisfério onde se suprimiu oficialmente esta funesta instituição. Ainda vivem na nossa terra homens e mulheres que a conheceram na sua própria carne.

Em 1885 de novo os insubornos se levantam em armas. Desta vez a luta tinha sido preparada politicamente durante longos anos. Sob a direcção de Martí, cujo génio político ultrapassou as fronteiras da sua terra e da sua época, organizou-se um Partido para dirigir a revolução. Esta ideia, que paralelamente também Lênine desenvolveu para levar a cabo a revolução socialista no velho império dos tsares, é um dos mais admiráveis contributos de Martí para o pensamento político. Organizou-se na nossa pátria um só Partido revolucionário. Esse Partido uniu os gloriosos veteranos da Guerra dos Dez Anos, simbolizados por Gómez e Maceo, às novas gerações de camponeses, operários artesãos e intelectuais, para levar a cabo a revolução em Cuba. Martí conheceu o monstro porque viveu nas suas entranhas. Sabia das suas velhas pretensões de se apoderar de Cuba em virtude da política expansionista do «destino manifesto» e que se juntava agora a nova tendência imperial surgida do desenvolvimento capitalista dos Estados Unidos, que ele soube ver com clareza impressionante: «Agora, estou todos os dias em perigo de dar à minha vida pelo meu país e pelo meu dever - pois que assim o entendo e tenho ânimo para o realizar - de impedir a tempo com a Independência de Cuba que os Estados Unidos se estenda pelas Antilhas e caiam, com essa força mais, sobre as nossas terras da América. Tudo quanto fiz até hoje, e farei, é para isso. Teve que ser em silêncio e como se permanecesse oculto, e o proclamar-se o que são levantar dificuldades demasiado fortes para contra elas alcançar o fim», disse nas vésperas da sua morte, quando já combatia junto aos soldados do Exército Libertador nos campos de Cuba. Neste pensamento e na interpretação e na caracterização feita por Lênine da guerra hispano-americana como a primeira guerra imperialista, dão-se a mão dois homens de dois cenários históricos diferentes e de dois pensamentos convergentes: José Martí e Vladimir Ilitch Lênine. Um, símbolo da libertação nacional contra a colónia e o imperialismo; o outro, forjador da primeira revolução socialista no elo mais fraco da cadeia imperialista: libertação nacional e socialismo, duas causas estreitamente irmanadas no mundo moderno. Ambos com um Partido sólido e disciplinado para levar avante os propósitos revolucionários, fundados quase simultaneamente entre fins do século passado e começos do actual.

A União Soviética e o movimento comunista internacional

(...) O Partido Comunista de Cuba considera-se um destacamento modesto, mas seguro, do movimento comunista internacional. O internacionalismo proletário expressa-se sobretudo na necessária unidade, coesão e firmeza daqueles que em todas as regiões do mundo ergueram a bandeira de Marx, Engels e Lênine e empregam os seus esforços a sua própria vida para a realização do programa revolucionário que eles propuseram à humanidade. O nosso Partido participa nele com toda a sua independência de opinião, mas, ao mesmo tempo, com inteira lealdade a uma mesma causa, juntamente com os comunistas de todos os países.

Consideramos que a unidade do movimento comunista internacional, na base dos princípios de Marx, Engels e Lênine, é uma condição indispensável para a vitória da luta internacional dos povos, e por isso rechaçamos e condenamos - como tivemos oportunidade de sublinhar durante a realização da recente Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina - todas as tentativas de enfraquecer a unidade das forças comunistas no plano internacional, e de diminuir ou caluniar o glorioso papel que o Partido Comunista da URSS desempenhou na história contemporânea.

O nosso Partido adere por princípio à política de paz. Os comunistas tiveram que lutar muito duramente, ao longo da história, para fazer as revoluções e defender heroicamente a sua causa frente às agressões da reacção internacional, desde os combatentes da Comuna de Paris até ao Vietname. Mas a guerra entre os povos como solução para as diferenças internacionais, tão própria dos sistemas sociais de exploração que flagelaram a humanidade durante milénios, é inteiramente alheia à ideologia marxista-leninista. Marx associou o socialismo e a paz, e o primeiro decreto do recém-nascido poder soviético em Outubro de 1917, redigido pela mão de Lênine, foi o histórico apelo à paz que, em nome dos operários e camponeses de toda a Rússia, lançou aos povos do mundo e em particular àqueles que então estavam em guerra com o império russo.

Mas a paz tem, para os comunistas cubanos e para o seu povo, um sentido universal. Deve portanto estender-se a todos os rincões da terra e beneficiar por igual todos os povos.

Ao proclamar isto não subscrevemos, evidentemente, as teses que, em nome da necessária universalidade da paz, rejeitam o papel decisivo que cabe à União Soviética na política internacional e os extraordinários esforços que realiza para reduzir, mediante negociações bilaterais com os Estados Unidos, os perigos de uma conflagração mundial.

Desde que surgiu no mundo o primeiro Estado socialista, este não desfilou nunca na sua luta pela paz. Invadido nos primeiros anos por numerosas potências estrangeiras, envolvido mais tarde na destrutiva guerra que lhe impôs o fascismo, rodeado depois por bases agressivas e armas atómicas, quando a vitória alcançada com tantos sacrifícios lhe dava direito a esperar um mínimo de segurança e sossego, nenhum povo jamais ansiou e defendeu tanto a paz como o povo soviético. Também nenhum conheceu mais de perto os horrores e crueldades da guerra.

Ao contrário dos Estados Unidos capitalistas, o Estado socialista soviético não tinha investimentos a defender, nem matérias-primas a procurar, nem riquezas a arrebatá-las a nenhum país do mundo, nem tão pouco crises económicas a resolver, nem necessidade de fabricar armamentos por puro negócio ou para insuflar alento à economia, como sucede tantas vezes no sistema capitalista. Do que o povo soviético necessitava era de paz para se consagrar ao

trabalho criador e desenvolver os seus imensos recursos naturais, como base material das suas aspirações sociais.

A história demonstra além disso que o socialismo, diferentemente do capitalismo, não precisa impor-se a outros povos por meio da conquista e da guerra externa. São os próprios povos que fazem o socialismo, e foram os imperialistas quem se empenharam desde o primeiro instante em impedir-lhe a sua vinda do exterior. Quem impôs a Cuba o socialismo? Quem o impôs ao Vietname, Laos e Camboja? Quem o impôs à República Democrática do Iémen, Argélia, Somália, República Popular do Congo, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e outros povos que proclamaram o seu propósito de construí-lo?

Tanto nos países capitalistas desenvolvidos como nas nações subdesenvolvidas do mundo, as ideias do socialismo ganham cada vez mais prestígio e força. Quem pode impedir as mudanças futuras? Quem tem necessidade de impô-las do exterior por meio da guerra? É uma coisa muito diferente a solidariedade e a ajuda de que os povos agredidos necessitam e recebem de outros povos revolucionários perante as intervenções e os ataques do imperialismo. Nisso consiste precisamente o internacionalismo proletário que o movimento revolucionário mundial deve cumprir sem vacilação alguma.

Há quem lamente que a URSS seja um país poderoso. Esse extraordinário poder adquiriu-o a URSS, no campo económico, com o trabalho abnegado dos seus filhos, sem arrancar uma só gota do fruto do suor de outros povos, e no campo militar, pela necessidade imperiosa de defender-se das intervenções, invasões e do cerco de bases estratégicas que os imperialistas lhe impuseram. Nós, cubanos, lamentamos que o imperialismo lheque, inimigo dos povos, seja poderoso; porém, nenhum verdadeiro revolucionário, em nenhuma parte do planeta, se lamentará jamais de que a URSS seja poderosa, porque se esse poderio não existisse, a humanidade não se teria libertado do fascismo, os povos que lutaram pela libertação nos últimos 30 anos não teriam tido de onde receber uma ajuda decisiva, os imperialistas teriam já repartido de novo o mundo e todas as nações pequenas e subdesenvolvidas, que são muitas, estariam convertidas outra vez em colónias.

Por isso, nós apolamos a política externa da União Soviética, ao mesmo tempo que os seus recentes e denodados esforços em favor da paz e para evitar os perigos de uma conflagração mundial, que só pode caber nas cabeças delirantes de reaccionários desesperados que, vendo impotentes o curso inexorável da história, preferem o fim da humanidade ao fim do sistema social explorador, desumano e degradante que o capitalismo impôs ao mundo.

Nunca foi mais necessária a luta pela paz, porque nunca as armas adquiriram tal poder destrutivo, nem os riscos de extermínio humano foram potencialmente maiores.

O capitalismo não tem futuro algum. O futuro pertence inteiramente ao socialismo. Defender a paz é defender esse futuro. Ao princípio nós mesmos, irritados e indignados com as continuas agressões do imperialismo, não víamos estas questões com a mesma clareza com que as vemos hoje.

O Partido Comunista de Cuba une-se a todas aquelas acções que no terreno internacional se esforçam para alcançar um desarmamento geral e completo, mesmo quando isso pareça ainda uma possibilidade remota, e Cuba apolou nas Nações Unidas as propostas da União Soviética que teriam por efeito além disso, entregar à causa internacional do desenvolvimento uma parte do que hoje são as enormes despesas de guerra nos países capitalistas e socialistas pertencentes a pactos antagónicos.

(Extractos do Relatório lido no Congresso)

Corrigir os erros

Sei, companheiros, que alguns de vós sofrieis quando fazíamos uma análise dos nossos erros. Sei que particularmente alguns companheiros sofriam realmente quando dizíamos e falávamos dos germes do espírito pequeno-burguês e do chauvinismo de que sabíamos que padecíamos os que por vias puramente intelectuais tinham chegado aos caminhos da Revolução. Mas se nós não éramos proletários, muitos de nós; se nós não éramos camponeses explorados; se a nossa condição de classe não nos tornava

objectivamente revolucionários, porque caminhos podíamos chegar à Revolução, senão pelos caminhos do pensamento, da vocação, da sensibilidade humana? Talvez porque tivéssemos, quem sabe, algum gene revolucionário. É possível que a mim me venha dos meus bisavós, camponeses explorados da Galiza. É possível. Isso é o que quisermos dizer, e é verdade. Não poderíamos dizer que o mundo está cheio de revolucionários e, em contrapartida, poderíamos sem dizer que o mundo está cheio de pequeno-burgueses. E podemos verdadeiramente dizer que o mundo está cheio de muita gente que por vias puramente intelectuais chega a posições revolucionárias, mas que traz o lastro da sua classe e traz esses germes, há muita gente na América Latina, na Europa, em toda a parte, e essa é uma verdade. E encontramos-nos constantemente com esse espírito. Que menos podemos fazer que reconhecer essa verdade? Que melhor prova, inclusivamente, pode dar-se de que se começa a deixar, ou a vencer ou a derrotar esses germes, que quando compreendemos que os temos?

Não é um afã de autocritica. Fizemos análises justas dos nossos erros, mas não exagerámos. Se tivéssemos sido mais exaustivos, encontraríamos muitos mais erros.

Apresentamos somente os essenciais. E, além disso, como princípio revolucionário, companheiros, será sempre mil vezes preferível a autocritica à autocomplacência. E será sempre preferível a auto-humilhação ao auto-elogio!

E cremos realmente que nós, os dirigentes revolucionários, temos que estar constantemente a analisar-nos e autocriticar-nos senão em público, em privado.

Devemos estar sempre a ajustar contas, com as nossas consciências. E nunca, jamais podemos estar conformados com nós mesmos. Porque o homem que esteja conformado consigo próprio não é revolucionário.

E de que necessitaremos nós? Elogios? Não. Os homens que têm a confiança da colectividade e do seu povo, os homens que inclusivamente recebem um poder grande pelo lugar em que nos colocaram os seus compatriotas, o que precisam não são elogios.

Que demonstra a história? Que os homens tiveram poder e abusaram do poder. Mesmo nos processos revolucionários, determinados homens adquirem um poder extraordinário, sobretudo nesta fase, principalmente nos primeiros anos. Quando já se institucionalizaram os processos, quando já existe um Partido, quando já existem as normas estabelecidas, quando essas normas se convertem praticamente numa cultura da comunidade, então não há perigos.

Mas nesta fase do processo revolucionário que todos temos vivido, os perigos eram grandes: o perigo do envaidecimento, o

A BULGÁRIA NAS VÉSPERAS DO XI CONGRESSO DO PCB

Nos trabalhos do XI Congresso do Partido Comunista Búlgaro serão aplicados os princípios leninistas de construção e consolidação da sociedade socialista, num espírito de fidelidade ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário

Os comunistas búlgaros e todo o povo da República Socialista da Bulgária concentram, neste momento, a sua atenção nos próximos trabalhos do XI Congresso do Partido Comunista Búlgaro, que se inaugurará em Sófia no próximo dia 29.

Durante a sua existência, o partido de Jorge Dimitrov, fundado há quase 85 anos por Dimitir Blagoev, desenvolveu-se como incontestável vanguarda da classe operária e dos trabalhadores búlgaros, como uma organização democrática e combativa. Os dez Congressos do Partido Comunista Búlgaro já realizados desempenharam um papel importantíssimo neste desenvolvimento e tiveram um alto significado na formulação das tarefas e objectivos programáticos do Partido, na elaboração da sua estratégia e táctica, na generalização e assimilação teórica da sua experiência, na mobilização das massas para a consecução prática dos ideais socialistas.

Um dos traços mais brilhantes dos Congressos do PCB é a aspiração de se aplicar e desenvolver criativamente os princípios da teoria marxista revolucionária, tomando em consideração as condições específicas da Bulgária e o momento político concreto. Na história do Partido Comunista Búlgaro, os Congressos desempenharam um papel decisivo na sua formação como partido marxista-leninista, fiel aos princípios do internacionalismo proletário e a unidade do movimento comunista internacional, lutador activo contra todos os desvios sectários, dogmáticos e revisionistas.

VANGUARDA DA CLASSE OPERÁRIA E DE TODO O POVO

Nos seus Congressos, conferências e plenários, sob as condições do capitalismo e da luta clandestina, o Partido estudava as questões básicas respeitantes à atracção das massas para a revolução, à constituição e desenvolvimento da aliança operário-camponesa, à luta política contra as classes dominantes e o fascismo, pela vitória da revolução proletária.

As resoluções destas instâncias democráticas do Partido Comunista Búlgaro foram potentes meios de manifestação do pensamento colectivo partidário, de elaboração e difusão das palavras de ordem do Partido, de mobilização das massas trabalhadoras para acções revolucionárias.

Depois da vitória da revolução socialista, quando o PCB se tornou o partido dirigente, o papel dos seus Congressos aumentou incomensuravelmente. Os problemas da transformação socialista do país, as questões básicas da sua vida política, económica e cultural, a elevação contínua do papel dirigente e orientador do Partido no desenvolvimento da sociedade passaram a ocupar o lugar central dos trabalhos dos Congressos.

As resoluções dos Congressos transformaram-se num programa, num manual de acção não só dos comunistas e das organizações partidárias, mas de todo o Estado Socialista, de todas as organizações sociais, de todos os trabalhadores.

Com a vitória do socialismo na Bulgária, com as profundas transformações socio-económicas, com o enorme trabalho organizativo e político entre as massas, a autoridade do Partido Comunista Búlgaro fortaleceu-se e ficou ainda mais estreitamente ligado aos trabalhadores. De vanguarda combativa da classe operária, o PCB transformou-se na vanguarda de todo o povo. Todos os trabalhadores, independentemente de serem ou não comunistas, vêem no Partido Comunista Búlgaro o seu Partido, o Partido que expressa os seus interesses vitais, batalhador incansável pelo desenvolvimento multifacetado do país.

CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE SOCIALISTA

Na história da Bulgária socialista permanecerão como importantes etapas do desenvolvimento do Partido e do país o V Congresso, realizado em 1948 e no qual o camarada Jorge Dimitrov, no seu histórico Relatório, traçou a linha geral da construção da sociedade socialista.

O VII, o VIII, o IX e o X Congressos concretizaram e complementaram o desenvolvimento desta linha e introduziram de forma consequente as normas leninistas de vida partidária, de direcção partidária para a construção de uma sociedade socialista desenvolvida.

O XI Congresso do Partido Comunista Búlgaro dará continuidade a esta linha, complemento da construção da base técnica e material do socialismo.

O XI Congresso realizar-se-á sob as condições da reconstrução de toda a vida social e económica que se impõem agora pelo novo mecanismo económico de direcção da economia nacional. A elaboração e aplicação desse sistema representa um desenvolvimento criativo da linha do plenário do Comité Central de Abril e dos congressos e plenários posteriores, no sentido de se aplicar métodos científicos na direcção da economia nacional, na utilização mais completa das vantagens do sistema socialista. Ao XI Congresso, colocar-se-ão problemas da organização científica da produção, da melhoria a vários níveis dos meios de trabalho e de direcção nas diferentes empresas e em toda a economia nacional.

Finalmente, no decorrer dos trabalhos do Congresso, os comunistas búlgaros não deixarão de manifestar o seu completo e total apoio ao fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional e à acção unitária combativa revolucionária na luta comum contra o imperialismo.

CONFERÊNCIA DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS

De 16 a 18 de Março, reuniu-se em Berlim o Grupo de Redacção a fim de prosseguir a elaboração do projecto de documento para a Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa. Tomaram parte na reunião os representantes de 27 partidos. Os participantes na sessão concordaram em enviar os resultados do seu trabalho a todos os partidos-irmãos que participam na preparação da Conferência. Esses resultados serão discutidos quando da reunião da Comissão de Redacção. O grupo de redacção reuniu num clima de cooperação construtiva e fraternal.

Em representação do PCP, participaram nos trabalhos desta sessão os camaradas Carlos Aboim Inglês e Albano Nunes.

Ler e divulgar
o
«AVANTE!»

é ajudar
o Partido

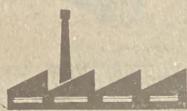
Camarada: Lê e difunde o

«AVANTE!»

o Jornal dos
Trabalhadores,

Organiza
postos e grupos
de venda

DIVULGA
o
«Avante!»
NO TEU
LOCAL
DE
TRABALHO



1.º CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA



Relatório do Comité Central FIDEL CASTRO

edições

Edições SEARA NOVA

SÉRGIO RIBEIRO

MERCADO COMUM—
— COMECON

Será inevitável a inserção de Portugal no Mercado Comum? Quais as alternativas? Quais as perspectivas? Quais as vantagens e desvantagens?

COLEÇÃO DADERNOS SEARA NOVA Preço 30\$00

DIA INTERNACIONAL DA LUTA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

A partir de 1960, o dia 21 de Março foi declarado pela ONU como Dia Internacional da Luta contra a Discriminação Racial. Sobre este acontecimento, publicamos depoimentos do secretário-geral do Congresso Nacional Africano da África do Sul, de um membro do Conselho Nacional do Povo do Zimbabwe e de um especialista soviético

21 de Março de 1960. Neste dia, as autoridades da República Sul Africana lançaram carros blindados e tropas da polícia e do exército contra uma manifestação pacífica contra a discriminação racial em Sharpeville. 69 mortos e 180 feridos — tal foi o resultado dessa bárbara acção.

Os acontecimentos de Sharpeville provocaram a indignação dos povos. Foi promovida uma campanha internacional de solidariedade com os combatentes pela liberdade na África do Sul. Em homenagem às vítimas de Sharpeville a ONU decidiu comemorar todos os anos, 21 de Março, o dia internacional de luta contra a discriminação racial.

O fuzilamento da manifestação pacífica em Sharpeville deu início a uma nova etapa na história do movimento de libertação dos povos da África Austral. As forças progressistas compreenderam que para derrubar o poder dos racistas é preciso utilizar todas as formas de luta. A partir de então no sul do continente vem-se consolidando permanentemente o movimento de libertação nacional em que se incorporam camadas cada vez mais amplas dos trabalhadores. A luta contra o «apartheid» adquiriu uma envergadura especialmente ampla depois da vitória dos povos das antigas colónias portuguesas. Tornou-se cada vez mais insustentável a situação dos racistas sul-africanos na Namíbia e o aliado de Vorster — Ian Smith sente-se cada vez mais inseguro.

Então, porque continua o «apartheid» a existir? Quem apoia os racistas? Trata-se em primeiro lugar dos monopólios dos EUA, Inglaterra, França, Canadá, RFA e Japão para os quais a manutenção do «Status-Quo» representa uma possibilidade de continuar a participar na exploração da população local e de ganhar lucros fabulosos com isto. Trata-se dos consórcios militares dos Estados ocidentais que fornecem generosamente armas à África do Sul e Rodésia do Sul. Depois, estas armas são utilizadas contra os africanos que combatem pela liberdade e independência. Neste caso não se pode deixar de recordar a declaração do Comité Especial da ONU contra o «apartheid» em que se diz: «A História e a Humanidade condenam os que dão os instrumentos de assassinato aos racistas».

A necessidade imperativa de novas amplas acções internacionais contra o racismo deve-se ao crescimento da agressividade da África do Sul e da Rodésia do Sul. A recusa teimosa de Pretória de sair da Namíbia e a participação da República Sul africana e da Rodésia do Sul no esmagamento do movimento de libertação nacional no continente criam uma ameaça real à paz. A última prova disto é a agressão da África do Sul contra Angola independente.

Os patriotas da África do Sul sabem que na sua luta podem contar com o apoio e ajuda das forças progressistas de todo o mundo. Ao seu lado estão a África independente, a União Soviética e toda a comunidade socialista.

Assinalando esta data, e em serviço exclusivo da Agência de Imprensa «Novosti», para o «Avante!», publicamos três trabalhos. O primeiro é um depoimento da autoria de Yuri Guk, licenciado em História e investigador do Instituto da África da Academia de Ciências da URSS. O segundo, é uma entrevista com George Silundika, membro do Conselho Nacional Africano do Zimbabwe. O terceiro é outra entrevista, com Alfred Nzo, secretário-geral do Congresso Nacional Africano da África do Sul.

Incompatibilidade com o direito internacional

O racismo é uma das formas mais terríveis da opressão e da exploração do homem pelo homem. Actualmente, constitui a ideologia da parte mais reaccionária da burguesia e, despertando nos homens os instintos mais baixos, procura, desse modo, desviar a atenção das massas trabalhadoras dos problemas da sociedade capitalista e cindir, simultaneamente, as forças progressistas de todo o mundo.

Nos países em que o racismo foi elevado à categoria de ideologia oficial, uma das características mais salientes desses países, é a sua política externa agressiva. Foi assim, em nome do racismo que o fascismo praticou os mais bárbaros crimes na 2.ª guerra mundial. Mais recentemente, como novas provas de que o racismo ameaça a

paz mundial, contam-se a guerra de Israel contra os Estados árabes e a agressão da República Sul-Africana em Angola.

O facto da Organização das Nações Unidas ter proclamado o período de 1973 a 1983 — decénio da luta contra o racismo e a discriminação racial —, demonstra que o combate contra todas as manifestações de racismo tornou-se inadiável. Todas as forças progressistas do mundo, formando uma frente única, devem lutar contra os que, violando as normas humanas do direito internacional, discriminam as pessoas só por estas terem a pele de uma cor diferente.

A incompatibilidade do racismo com o direito internacional consiste, ante de mais nada, em que o primeiro viola grossamente os princípios direitos do homem. O estatuto do tribunal Internacional de Guerra aplicado no Processo de Nuremberg contra os criminosos nazis, a Carta da ONU, a Convenção do Genocídio, a Declaração Geral dos Direitos do Homem, a declaração e convenção que dispõem sobre a liquidação de todas as formas de discriminação racial, a convenção da frustração dos crimes do «apartheid» e a sua punição, assim como muito outros actos do Direito Internacional, defendem o princípio da igualdade dos homens de todas as raças, proibindo a discriminação racial.

Desde o início da sua actividade, coube à ONU um papel de destaque na luta contra a discriminação racial. Com a participação directa da União Soviética na elaboração da carta da ONU, foi consignado nesta o compromisso de «Concretizar a colaboração internacional na solução de problemas internacionais... sem distinção de raça, sexo, idioma e religião».

É significativo que o direito internacional moderno, além de condenar todas e quaisquer manifestações de racismo e discriminação racial, confie à ONU a defesa dos direitos e das liberdades fundamentais do homem. Por esse motivo é muito natural que a ONU levante o problema do «apartheid» na África do Sul, país em que foram aprovadas mais de 1200 leis que limitam os direitos da população não branca do país. A ONU empregou muitos esforços para desmascarar o racismo e o «apartheid» e mobilizar a opinião pública mundial

a favor da luta contra os mesmos. Mas as resoluções aprovadas pela Assembleia Geral da ONU, têm apenas o carácter de recomendações. Quanto ao órgão da ONU, incumbido de aprovar resoluções de aplicação obrigatória (o Conselho de segurança) pode recorrer a medidas coercivas para assegurar essa aplicação, mas até agora não conseguiu servir-se desses poderes na totalidade.

Quem são os responsáveis

E Yuri Guk prossegue: A responsabilidade por este estado de coisas recai, em primeiro lugar, sobre as principais potências do Ocidente que, nas palavras condenam o racismo mas, na prática, de formas diversas, apoiam os regimes racistas. Em 1966, o governo da Inglaterra recorreu ao veto para impedir que fosse aprovada pelo Conselho de Segurança, uma resolução que obrigava todos os membros da ONU a participarem nas sanções internacionais, adoptadas contra os países que seguem uma política racista. Em 1974, os governos da Inglaterra, França e EUA, vetaram a resolução apoiada pela maioria esmagadora dos países que integram a ONU, de excluir a África do Sul desta organização. Por conseguinte, toda a cultura de paz não tem a existir regimes racistas e fascistas, cabe às potências imperialistas e aos monopólios internacionais.

Quanto à União Soviética, sempre contribuiu de um modo decisivo para a causa do desenvolvimento e fortalecimento de normas jurídicas progressistas. Também a URSS e outros países socialistas, apresentaram mais de 400 propostas de medidas para liquidar a discriminação racial, além de resoluções tão importantes como a declaração da Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais e a Declaração Geral dos Direitos do Homem, ambas aprovadas por iniciativa e com o apoio activo da União Soviética. Em 1962, com a participação activa da URSS, foi fundado o Comité Especial da ONU contra o «apartheid».

Esta posição da URSS, decorre da própria natureza do regime socialista que, tendo liquidado a exploração do homem pelo homem, liquidou, assim, todas as condições em que se processa a opressão baseada em distinções raciais e nacionais. Há mais de meio século, a União Soviética dá o exemplo de um Estado em que pessoas de raças e nacionalidades diferentes, formam uma família única.

E Yuri Guk conclui: A União Soviética continuará a ser defensora e aliada fiel de todos quantos lutam pela sua independência política e económica, contra o racismo e o «apartheid». Como prova desse facto, ai temos o programa de luta sucessiva pela paz e cooperação internacional, pela liberdade e independência dos povos, o qual foi aprovado pelo Partido Comunista da União Soviética no ser recente XXV Congresso. Entre outros pontos referentes à liberdade e independência dos povos, este programa afirma: «A liquidação completa de todos os restos do sistema de opressão e de todos os locos do colonialismo e do racismo, desrespeito pela igualdade de direitos e pela independência dos povos deve ser tida como uma das mais importantes tarefas».

O povo da Rodésia vencerá!

Há 16 anos, no dia 21 de Março de 1960, os racistas sul-africanos fuzilaram em Sharpeville uma manifestação pacífica dos africanos. A partir de então este dia é comemorado como o dia internacional da luta contra a discriminação racial. A ONU, membro da administração externa do Conselho Nacional Africano do Zimbabwe, George Silundika, em entrevista à agência de imprensa Novosti. Este não é apenas um dia de homenagem às vítimas do terror racista. Neste dia demonstra-se de uma maneira convincente a solidariedade internacional com a luta dos patriotas da África austral contra a discriminação racial.

Oficialmente — prosseguiu — na Rodésia não existe o sistema de «apartheid», nem o racismo. Mas como se pode, então, qualificar uma situação quando 200 mil brancos oprimem 5 milhões de africanos, privando-os do direito de determinar o destino da sua pátria? As prisões rodésianas — estão cheias de patriotas do Zimbabwe. A população africana é concentrada à força nas chamadas «aldeias estratégicas». Estas aldeias estão isoladas do mundo exterior e guardadas por tropas rodésianas. O objectivo de todas estas medidas é impedir o ingresso dos africanos nas fileiras dos combatentes pela liberdade. Entretanto, apesar de todas as artimanhas dos racistas, novos e novos combatentes entram nas fileiras dos patriotas.

O nosso objectivo é o triunfo da justiça, isto é, o estabelecimento do poder da maioria africana — acrescentou George Silundika.

O regime de Ian Smith impede logo por todos os meios frustrando as aspirações do Conselho Nacional Africano de conseguir a regularização pacífica do problema da Rodésia, que o nosso povo herdou do colonialismo britânico. Devido à conivência da Grã-Bretanha a minoria branca chefiada por Ian Smith proclamou em 1965 a independência unilateral, também hoje

a Grã-Bretanha impede os verdadeiros representantes do povo de Zimbabwe de tomar o poder, falhando rigorosamente, trata-se da mesma política colonial fracassada da Inglaterra que visa apoiar os regimes que lhe convém.

A vitória brilhante do MPLA e do povo angolano sobre as forças da reacção imperialista e da sua vanguarda, os racistas sul-africanos, aumentou a convicção dos patriotas do Zimbabwe, da África do Sul e da Namíbia de que a nossa causa triunfará em breve.

Estamos certos de que obtemos a vitória — conclui George Silundika — pois temos o apoio de toda a África independente, da União Soviética, outros países socialistas, e todas as forças progressistas do mundo. Os grilhões odiados do racismo serão destruídos e no lugar das cidadelas do «apartheid» e do colonialismo surgirão novos estados africanos independentes.

Na África do Sul a demagogia não vencerá

«Desde do triste dia de 21 de Março de 1960, que muitos e muitos milhares de africanos foram massacrados, depois desse dia, foi cada vez maior o sistema de opressão racial e social. Estes últimos anos caracterizam-se por uma ofensiva política da RSA em África. Face ao movimento mundial contra o «apartheid», a RSA vê-se obrigada a dar alguns passos tácticos — tentando no fundamental manter a mesma ordem racista, quebrar o anel de isolamento político no continente, manter o controle imperialista sobre a África independente».

«Por exemplo, todos sabem bem



o que é o Banduísto. É uma pequena reserva no deserto que depende inteiramente, do ponto de vista político e económico, do Estado branco. Na realidade, não passa de um bom mercado de mão-de-obra barata. O regime de Vorster promete conceder a «independência» aos banduístos. Deste modo, ficaria salva a fachada do regime, dava-se uma pincelada de libertação e, no fundo, tudo ficaria na mesma.

— prosseguiu Alfred Nzo — «é curiosamente acompanhado por grandes preparativos militares. Crescem de ano para ano as despesas militares de Pretória. A RSA já usou as suas armas contra Estados independentes, desempenhando o papel de força de choque do imperialismo. Os acontecimentos em Angola provam-no bem. Mas também provam o contrário: que a luta dos povos africanos é invencível e certa, e que, por outro lado, desfruta da ajuda e apoio militar por parte dos povos dos

países socialistas. E foi precisamente esse apoio que teve um papel decisivo na vitória do jovem Estado sobre as forças do racismo, do imperialismo e dos seus cúmplices.

«Estamos convencidos» — disse em conclusão Alfred Nzo — «de que o nosso país será livre após a queda do regime racista. Para fazer aproximadamente esse dia, mobilizemos todo o povo. Só assim construiremos o melhor monumento às vítimas do massacre do 21 de Março de Sharpeville.»

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO: UMA VOZ DE HOJE E DE SEMPRE

O articulista soviético Wladimir Lomeiko comenta, em exclusivo para o «Avante!», a declaração dos 5000 delegados ao XXV Congresso do PCUS, que exigem a libertação dos democratas e dos revolucionários encarcerados nas masmorras do imperialismo, declaração essa publicada na íntegra no nosso último número

As lutas desenvolvidas em todo o Mundo contra a ditadura sangrenta dos regimes opressores, sempre contaram com a solidariedade activa e militante dos povos socialistas, nomeadamente da URSS.

Em exclusivo para o «Avante!», o articulista soviético Wladimir Lomeiko comenta a declaração aprovada pelos 5000 delegados ao XXV Congresso do PCUS, que exigem em nome dos direitos humanos, a libertação imediata dos milhares de antifascistas, torturados dia e noite pelas mãos assassinas dos ditadores terroristas na América Latina, na África do Sul, em Espanha e em todos os lugares onde os serventuários do imperialismo impõem a miséria e a exploração

A consciência e a força dos comunistas residem na sua solidariedade, na sua luta abnegada, na lembrança que eles guardam dos companheiros que tomaram e que lutam. Os cinco mil delegados ao XXV Congresso do PCUS, movidos por impulso comum de paixão revolucionária, aprovaram a seguinte declaração: «Liberdade para os prisioneiros do imperialismo e da reacção! Liberdade para aqueles que se consomem nas masmorras dos ditadores, e a quem a reacção teme mais, do que o desprezo de todo o Mundo!»

Sabemos que os companheiros aprisionados necessitam da nossa solidariedade, que vêm nela a sua firmeza e a sua fé. Sabemo-lo pois nós próprios percorremos um caminho de sacrifícios durante a clandestinidade! O sol da nossa revolução nasceu do mar de sangue dos operários e camponeses, que foram fuzilados por terem aspirado à liberdade. Durante a guerra civil desencadeada pela contra-revolução, os comunistas eram pendurados de cabeça para baixo e lançados nos poços, os inimigos punham-lhes chumbo fundido na garganta, queimavam-nos vivos nas fornalhas e cortavam à faca estrelas nas costas.

Os comunistas soviéticos foram os primeiros a conquistar o poder e os primeiros a construir o socialismo real, sob os cânhões do imperialismo. Foram eles os primeiros a conhecer a força de inspiração do internacionalismo proletário. Quando 14 países invasores estrangulavam a Rússia Vermelha, os operários da Europa Ocidental e da América saíram às ruas das suas cidades empunhando os slogans de solidariedade: «Tirem as mãos da Rússia!». Quando a frente portadora da democracia e das liberdades burguesas mandava armas aos contra-revolucionários, os portuários recusavam-se a carregar os cânhões e os tanques que deveriam ser utilizados contra a Rússia.

Os comunistas soviéticos conquistaram a liberdade com as suas próprias mãos e eles conheceram o gosto do próprio sangue e o valor da ajuda mútua dos proletários.

Fomos os primeiros a tomar o poder e considerávamos como dever da consciência revolucionária prestar ajuda aos proletários e aos oprimidos de todos os países. Um breve período de poder soviético (que em breve irá comemorar o seu sexagésimo aniversário) é a história do Partido dos comunistas, que segue todos

os dias pela via da revolução e do internacionalismo. «Em toda a parte, onde os povos lutam pela liberdade, pela conquista ou consolidação da sua independência nacional», eles sentem a solidariedade e apoio da União Soviética afirmou no XXV congresso do PCUS a presidente do partido comunista da Espanha, Dolores Ibarruri.

Sim, os soviéticos morreram pela liberdade da Espanha, mas a Espanha também nos ajudou a resistir na época difícil da luta contra o fascismo. O apelo de Ibarruri: «É melhor morrer de pé do que viver de joelhos!» Tornou-se também a consigna da minha geração. E se a Rússia, hordas de tanques contra o Volga e os muros de Leninegrado, não se quebrantou, mas expulsou o fascismo da Europa, isto também é um mérito da «passionária».

«Desde que se fundou o Estado Soviético a todos os povos em luta, quer sejam da Europa, Ásia, África ou América Latina, assim como o nosso povo, jamais lhes faltou o apoio e a solidariedade dos comunistas soviéticos». Fidel Castro, que fez esta declaração no congresso do PCUS, tornou-se herói de toda uma geração dos soviéticos. Demos a Cuba os nossos corações, pois ela deu aos povos o sonho da liberdade. Será que Cuba poderia realizar e depois defender a sua Revolução, situando-se junto da maior potência imperialista, se não fosse a poderosa força do Internacionalismo? Por acaso, não foi o próprio exemplo de Cuba que inspirou a esperança e a fé dos povos em luta nos outros países?

A consciência revolucionária dos comunistas é a fonte do seu internacionalismo. É a consciência que os leva a ajudar os povos que lutam pela sua liberdade e constroem a sua independência. Será que os soviéticos e os comunistas de outros países podem esquecer a tragédia e a façanha do Vietnam? Não, pois a luta do Vietnam é também a sua vitória. Eis as palavras da representante do Vietnam do Sul, Nguen Thi Bin no XXV Congresso do PCUS. «Sempre recordamos que na vitória definitiva alcançada pelo povo vietnamita há uma contribuição muito importante da União Soviética e de outros países socialistas irmãos».

O mundo do socialismo resistiu na luta pela sua liberdade, e tornou-se baluarte de todos aqueles que ainda se consomem sob o jugo do imperialismo e da reacção. Os nossos inimigos odeiam a nossa solidariedade e por isso procuram denegri-la.

prisões. Eles erguiam os homens na luta contra o terror e a repressão.

Também hoje em dia, os comunistas soviéticos erguem a sua voz de protesto e de solidariedade: «LIBERDADE PARA OS PRISIONEIRIOS DA AMÉRICA LATINA, ESPANHA, ÁFRICA DO SUL E INDONÉSIA!»

Quanto mais negra é a noite, tanto mais brilham as estrelas. Na noite escura da reacção os nomes dos heróis mártires brilham como estrelas de primeira grandeza. E mesmo que as suas vidas se tenham apagado, a sua luz chegará, milhares de anos depois, até às gerações vindouras.



«Vida Soviética» é a revista em língua portuguesa, de maior tiragem. Milhares de leitores habituais esgotam-na nas livrarias, nos primeiros dias de saída.

Estamos longe, no entanto, de estar satisfeitos. Há uma grande falta de informação sobre a vida soviética.

A «Vida Soviética» com a saída de mais um número da revista lança um novo apelo: «Amigos, fazei com que em cada aldeia do Portugal haja, pelo menos, um assinante da «Vida Soviética».

«Vida Soviética» no Alentejo tem mais de mil assinantes. Mas em Trás-os-Montes tem poucos. É importante fazer assinaturas, mas mais importante, ainda, é que a revista chegue a quem não tem informação sobre a União Soviética. Sabemos que temos milhares de leitores que vão fazer desta campanha de assinaturas para a província uma tarefa para a cooperação e amizade entre os povos soviético e português. Contamos com todos os nossos amigos. Esperamos mil novos assinantes nas pequenas aldeias. Para todos os amigos que arranjarem um novo assinante enviaremos um bom livro: «A agricultura na URSS», em português. Contamos convosco, amigos.

«VIDA SOVIÉTICA» 1 ano — 12 números (90\$00) 2 anos — 24 números (160\$00) 3 anos — 36 números (240\$00)

JORGE AMADO

PELA PRIMEIRA VEZ A EDIÇÃO EM PORTUGAL DOS SEUS LIVROS PROIBIDOS PELA CENSURA

SEARA VERMELHA

FINALMENTE EM PORTUGAL UM DOS MAIS FAMOSOS ROMANÇOS CONTEMPORÂNEOS. SEARA VERMELHA É TODO O SERTÃO DOS BEATOS, DOS BANDIDOS RURAIS, DO CANGAÇO, DA DOR E DA ESPERANÇA. LIVRO INESQUECÍVEL QUE TEM COMOVIDO MILHÕES DE LEITORES EM TODO O MUNDO.

OS SUBTERRÂNEOS DA LIBERDADE

I OS ÁSPEROS TEMPOS

II AGONIA DA NOITE

III A LUZ NO TÚNEL

SUBTERRÂNEOS DA LIBERDADE, A FAMOSA TRILOGIA ATÉ HÁ POUCO TEMPO SÓ CONHECIDA EM PORTUGAL POR LEITURAS CLANDESTINAS, PELA MAGIA DA PENA DE JORGE AMADO UMA OBRA IMORREDOURA: A LUTA DO POVO PELOS IDEIAS DA DEMOCRACIA E DA LIBERDADE.

OUTROS LIVROS PUBLICADOS NA COLEÇÃO «OBRAS DE JORGE AMADO»

Tenda dos Milagres São Jorge dos Ilhéus Mar Morto Capitães da Areia Os Velhos Marinheiros Dona Flor e Seus Dois Maridos

Gabriela, Cravo e Canela Bahia de Todos-os-Santos Os Pastores da Noite ABC de Castro Alves Tereza Batista Cansada de Guerra O Amor do Soldado

Uma edição PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

informação

● O primeiro-ministro britânico Harold Wilson, anunciou a sua intenção de se demitir do cargo logo que o partido Trabalhista decida sobre o seu sucessor. De notar que o anúncio da decisão de Wilson segue-se a uma derrota nos Comuns sofrida por Wilson em virtude da oposição da ala esquerda do seu Partido.

● O presidente Fransjeh do Líbano, com o apoio das forças direitistas, recusa-se a ceder a exigências de elementos do exército para se demitir. O comando do Exército formulou três exigências: que o Governo deveria continuar nas mãos de civis, que deveria haver uma amnistia geral para os desertores e que a Síria deveria continuar as diligências de mediação que ajudaram a materializar um cessar-fogo na guerra civil no Líbano, em Janeiro.

● Na sequência da falência das negociações entre Smith e Nkomo, a OUA indica, num comunicado, que dará agora apoio total aos guerrilheiros e a uma guerra em larga escala para derrubar o regime racista rodesiano. Entretanto, um elemento da ANC declarou, em Paris, que mercenários dos Estados Unidos, da Bélgica e da Inglaterra estavam a concentrar-se na Rodésia para combater a guerrilha.

● Os representantes dos Partidos Comunista, Socialista e Social Democrata da Itália acordaram em constituir no Conselho Regional do Lazio (onde fica Roma) uma nova coligação e formar, nessa base, um órgão executivo composto por representantes destes partidos. Trata-se da primeira vez, desde há longos anos, que a Democracia-Cristã é afastada da administração desta região, das mais importantes da República.

● Sob o lema «Com o Partido Comunista Alemão contra o grande capital, pelos direitos sociais e democráticos, a paz, a liberdade e o socialismo», realizou-se em Bona o Congresso do Partido Comunista da República Federal Alemã, que discutiu uma série de projectos de resolução que traduzem os mais prementes anseios dos trabalhadores. Faremos referência com mais pormenor a este acontecimento.

● A polícia britânica interveio contra uma manifestação de trabalhadores desempregados. O saldo de acção repressiva foi de 30 feridos e 42 prisões.

● Morreram pelo menos dois estudantes quando uma bomba, lançada por elementos de direita, explodiu em Banquecoque, no meio de milhares de pessoas que marchavam para a embaixada dos Estados Unidos numa manifestação contra o imperialismo americano.

● Segundo revelou o vice-presidente na reserva, Gérard Miller, a uma subcomissão da Câmara dos Representantes para a segurança internacional, o comandante-chefe da defesa aérea norte-americana pode fazer uso do arsenal atómico dos Estados Unidos sem autorização presidencial.

● Nas eleições cantonais em França, comunistas e socialistas eliminaram de modo geral o controlo da direita na política local e conquistaram cerca de 930 dos 1800 lugares em disputa. A esquerda arrancou 14 das 95 assembleias departamentais de França às forças governamentais.

● Está em vias de criação uma empresa integrada, destinada a venda de banana pelos países da União dos Países Exportadores de Banana (UPEBA). O director executivo deste organismo regional frisou a possibilidade de se encontrarem novos mercados para este produto no Médio Oriente e nos países socialistas.

● A cimeira quadripartida que reuniu na capital da Guiné-Conakry os presidentes Agostinho Neto, Sekou Touré e Luís Cabral e Fidel de Castro «decidiu manter os contingentes de tropas de países amigos que ajudaram o MPLA a defender a integridade territorial e a independência de Angola, até que o governo angolano deixe de o considerar necessário» — anunciou o camarada Luís Cabral, presidente da Guiné-Bissau. Foi igualmente decidido concretizar, a nível militar e político, a solidariedade para com Moçambique. Foi debatida a «unidade das forças progressistas contra os regimes racistas brancos da África Austral».

● Os trabalhadores e os professores da Universidade «Federico Villareal», em Lima, no Peru, denunciaram que elementos do partido pró-norte-americano APRA se dedicam a prática sistemática de actos de corrupção neste centro de estudos superiores. Os trabalhadores e professores da Universidade denunciaram que a comissão de direcção da Universidade controlada pela APRA, confia lugares de responsabilidade a professores que a endividam e que foram declaradas «pessoas non gratas» pelos estudantes e trabalhadores.

● O regime fascista chileno decretou a décima primeira desvalorização do peso depois da implantação desta moeda em Setembro passado e a 50.ª deste ano.

● O Governo da Jamaica decretou novos impostos, que afectam particularmente as grandes companhias, capital e o consumo de artigos de luxo. Este decreto faz parte de um plano de medidas económicas destinadas a apoiar o orçamento nacional de 1976. A economia da Jamaica sofre actualmente com os efeitos nefastos da crise mundial do capitalismo. As medidas tomadas atestam do conteúdo de uma política de defesa dos interesses populares e nacionais.

● R. Sptember, representante do Congresso Nacional Africano — o partido da população nativa interdito na África do Sul — declarou em Paris numa conferência de Imprensa, que «a política de assistência aos racistas sul-africanos por parte de alguns países ocidentais, é um obstáculo à luta da população africana contra o regime de «apartheid».

A luta contra as multinacionais

Inserindo-se no movimento geral dos países em vias de desenvolvimento contra a exploração e domínio das multinacionais, o Panamá acaba de subscrever com a «Texas Gulf», acordos para exploração do cobre favoráveis ao país.

Os acordos assinados têm como objectivo a criação de uma associação entre a organização de Estado para o desenvolvimento mineiro «Cerro Colorado» e a «Texas Gulf», para a exploração comum de uma mina de cobre. O Panamá ficará com 80% das acções da associação, pertencendo as restantes vinte por cento à empresa canadiano-norte-americana «Texas Gulf». A Associação está prevista para vinte anos, findos os quais o Estado panamiano poderá adquirir todas as acções da empresa.

Um segundo contrato concede a administração da mina à «Texas Gulf», durante 15 anos, com a condição de levar à prática o programa de formação de pessoal panamiano a fim de garantir a transferência gradual de tecnologia num espaço de tempo que não ultrapasse o previsto para o contrato.

Segundo os cálculos efectuados, o Panamá receberá mais de 2500 milhões de dólares, durante os próximos 20 anos, a título de impostos directos sobre os lucros da empresa. De acordo com uma estimativa oficial, o contrato permitirá que em cada dólar produzido na mina, 91 céntimos fiquem no Panamá.

Trava-se neste momento, a nível mundial, uma batalha particularmente importante — a regulamentação da actividade das multinacionais, pela imposição de um estatuto que limite drasticamente os seus inumeráveis e escandalosos privilégios. Uma batalha que levará a uma sensível transformação nas relações económicas internacionais, beneficiando em particular os países em vias de desenvolvimento — principais vítimas dos monopólios internacionais.

Trata-se de impor às multinacionais as mesmas normas de conduta que as forças progressistas defendem para as relações entre Estados: o benefício mútuo nos acordos e relações de qualquer tipo, o direito à verdadeira independência e a dispor das riquezas nacionais, a não ingerência nas questões internas dos outros países.

Juntamente com a força das armas (de cada vez mais difícil utilização), da provocação organizada ou a diversão ideológica, a penetração económica tem tido um peso decisivo na sujeição de países e zonas geográficas inteiras ao poderio do imperialismo.

O papel das multinacionais tem sido múltiplo. Exauram as riquezas nacionais dos países subdesenvolvidos, exploram a miséria dos seus povos, manipulam a direcção política do país em que se instalam, obstam, sempre que possível, o avanço das forças progressistas, sufocam a cultura nacional, impõem uma orientação ideológica que lhes seja favorável, deformam mentalidades e estilo de vida, fomentam a corrupção.

De 1955 a 1957, as multinacionais norte-americanas sugaram da América Latina a soma de quase 13 biliões de dólares, tendo investido apenas 3661 milhões. Ou seja, obtiveram lucros que chegaram quase aos 300 por cento. No Perú, por exemplo, por cada dólar que entrava, as multinacionais sacavam 50.

Hoje o mundo subdesenvolvido reage à exploração dos reais causadores de tal estatuto de subdesenvolvimento. A regulamentação das actividades das multinacionais tem uma importância real.

Importância que se pode medir pela resistência que tal regulamentação está a encontrar da parte dos Estados capitalistas desenvolvidos. Os mesmos em que os monopólios internacionais têm a sua sede.

Neste momento, os países capitalistas desenvolvidos estão a utilizar todos os meios para manobrar e manipular as reuniões sobre as empresas multinacionais. A tática empregada é prolongar a discussão e desvirtuar o âmbito de acção da Comissão da ONU para as empresas multinacionais. No fundamental, tenta-se confundir a própria definição de multinacional, identificando, por exemplo, a sua acção aos investimentos estrangeiros directos, ou colocando no mesmo pé os monopólios internacionais e as organizações económicas agrupando países em vias de desenvolvimento. Todos os esforços são conducentes a impedir a definição das multinacionais pela sua estrutura financeira e pelas suas formas de acção a partir de uma central localizada num dos países capitalistas desenvolvidos.

Os esforços dos grandes beneficiários da múltipla actividade das multinacionais, serão sem dúvida intensos e diversificados. Mas neste momento estão a ser dados passos decisivos para a liquidação do seu poder. A luta conjugada das forças progressistas mundiais, que abriu o caminho para o início da liquidação do seu poder, são a garantia de que tal objectivo será alcançado.

A política de intervenção e a mistificação ideológica

Problemas como a liberdade dos povos de optarem pelo seu futuro, sem se verem sujeitos a pressões externas, do direito à independência e à defesa dos interesses nacionais — em resumo: o problema da ingerência externa no problemas internos de cada país — ganha neste momento uma particular acuidade.

Quando o imperialismo dispunha de um notável campo de manobra para utilizar países, povos e riquezas a seu bel-prazer, como se de propriedade sua se tratasse, a questão da ingerência nos problemas que respeitam unicamente a cada povo, não se colocava ainda nas esferas internacionais. Havia sem dúvida a luta popular contra essa intromissão, havia a reacção das forças progressistas. Mas a envergadura da luta internacional de massas era limitada. Não se conseguia evitar a partilha das zonas do mundo pelas grandes potências do capital.

Então pouco se falava de intervenção externa. Hoje, as possibilidades do imperialismo nesse campo, ainda que subsistam (e são particularmente dolorosas as consequências que daí advêm) estão muito mais limitadas. A luta dos povos contra todas as formas de intervenção do

capital internacional nos seus problemas é particularmente intensa e assume as mais variadas formas.

Porque vivemos um momento em que os povos se erguem em massa contra uma situação que atinge vitalmente os seus interesses, a questão da real independência nacional, do direito dos povos a dispor do seu próprio destino, ergue-se como uma grande questão internacional a exigir solução — o caminho para uma nova situação, para um novo tipo de relações internacionais, em que o poder do capital terá que ser cingido a leis ditadas pelas forças progressistas, leis que lhe são naturalmente desvantajosas.

Entretanto, por absurdo que possa parecer, nem só a voz das massas populares se faz ouvir em defesa da não ingerência nos assuntos internos dos povos. Tentam transformar leis internacionais impostas pelas forças progressistas em escudo defensor dos seus caducos interesses, o imperialismo arvora-se também em arauto de interesses populares, diz defender — como seu mais abnegado paladino — um direito que sempre violou, e que hoje se vê por vezes constringido a respeitar.

O povo angolano e a sua vanguarda revolucionária — o MPLA — contaram e contam com o efectivo apoio dos países socialistas, em particular da União Soviética e de Cuba, e de todas as forças progressistas mundiais, na sua grandiosa tarefa de expulsar o invasor acobertado por movimentos nacionalistas fantoches e construir uma Angola progressista, arrancada ao estatuto do subdesenvolvimento que a exploração colonial lhe impôs.

Face a esse apoio — que é uma constante na política externa dos países socialistas e na luta de todas as forças progressistas internacionais — Ford protestou, invocou Helsinguia, verberou uma pretensa ingerência externa nos problemas do povo angolano (que não a dos EUA), tentou mesmo utilizar Angola como arma de chantagem política, fraco argumento para atrasar negociações em curso para limitação de armamentos.

Obteve a resposta merecida. Teve que se reduzir ao silêncio. E sem dúvida reconhecerá, como os outros países capitalistas, a Angola progressista encabeçada pelo MPLA, construída com a luta abnegada do seu povo, com o heroísmo dos seus mais combativos militantes. Construída também com o auxílio das forças progressistas mundiais, com o auxílio dos povos dos países socialistas e com o auxílio do povo português.

Hoje, Ford volta ao seu tom ameaçador. A actual situação em África é particularmente desfavorável ao imperialismo. Angola é já uma realidade incontroversa. O capital defende agora os seus interesses noutros pontos onde está ameaçado. A Rodésia e a Namíbia são neste momento pontos nevrálgicos da luta de classes em África. E contam com apoios amigos bem perto. Os mesmos com que ontem, quando o fascismo português ainda estava instalado em terras africanas, contavam os monopólios, o racismo, as forças da reacção. Então, Washington não falava de ingerências externas.

Mais uma vez Ford «adverte» a União Soviética de que os Estados Unidos se oporão energicamente a quaisquer novas «aventuras internacionais» da pátria do socialismo.

A «advertência» não terá, como é óbvio, qualquer consequência, e nem sequer traduz a capacidade do imperialismo inaque de reagir à justa política internacionalista da União Soviética.

Ford sabe-o. E mais não pretende do que acobertar a real ingerência dos EUA. Justificar e se possível arrastar ou agravar um clima de tensão internacional nesta ou naquela zona do mundo.

Classificar de ingerência o apoio prestado à luta dos povos pelo progresso e pela liberdade — é uma grosseira forma de mistificação de conceitos, com evidentes objectivos: dividir as forças progressistas a nível internacional, tentar o impossível que seria manietar os países socialistas na sua sua ajuda multifacetada às forças revolucionárias em todo o mundo, ludibriar as massas populares com a ideia de que o desanuviamento significa enfraquecimento da luta de classes nos seus diversos planos.

Mistificação que se casa harmoniosamente com todo o palavreado pseudo-esquerdista em que os países socialistas são equiparados a potências imperialistas, e se confundem métodos e objectivos como tendo a mesma raiz e fins semelhantes.

A ingerência nos problemas internos dos povos passa pela tomada de posição contra os seus interesses, pelas formas de intervenção conducentes à manutenção ou criação de situações socio-económicas e políticas opostas aos seus interesses.

Não é ingerência a ajuda fraterna aos povos no processo da sua libertação. As revoluções não se exportam. Mas a contra-revolução paga-se, organiza-se e fomenta-se.

As revoluções são feitas por mão dos povos. A contra-revolução faz-se contra eles, por minorias de privilegiados e seus apaniguados.

Esta a grande diferença.

Egipto: uma política sem saída

Sadat deu mais um passo no caminho do recuo do Egipto para uma política de aberta defesa dos interesses da burguesia nacional e dos grandes monopólios internacionais — a anulação do Tratado de Amizade e Cooperação com a União Soviética.

Um passo que surge na sequência lógica do caminho político que tem vindo a ser seguido, que passou pela expulsão dos técnicos soviéticos que auxiliavam o povo egípcio a manter a sua independência, pela paz separada com o agressor israelita, falsa paz que compromete uma real solução para os problemas criados no Médio Oriente pela política de Israel.

De acordo com as suas posições políticas, o Egipto tende a reforçar os seus laços com os países capitalistas e os países produtores de petróleo ligados ao capital dos países capitalistas desenvolvidos da Europa e da América. Esta tendência já se desenhava muito nitidamente em 1975, quando praticamente todos os aumentos de trocas no que respeita ao comércio externo — assim como o aumento de dívidas — se verificava quase exclusivamente em relação aos países capitalistas.

A política económica assenta de facto neste momento sobre o crescente interesse dos estados capitalistas desenvolvidos pela colocação dos seus capitais em território egípcio o que implica o progressivo afastamento do Egipto das medidas progressistas e de defesa dos interesses nacionais iniciadas por Nasser e a consequente subjugação ao capital internacional.

Actualmente o Egipto encontra-se numa difícil situação política e económica.

A íntima ligação da economia nacional aos interesses dos monopólios internacionais, cria novos problemas a

economia egípcia, sem lhe solucionar nenhum. O rumo político que está a ser seguido, conduz ao real isolamento do conjunto dos países árabes, de todos os que defendem um futuro de progresso, paz e real independência para os países do Médio Oriente.

A política de abertura económica seguida por Sadat beneficia apenas, como seria de esperar, um pequeno grupo de banqueiros e latifundiários e traduz-se, para as massas populares, numa permanente subida do custo de vida. O rumo político seguido só pode beneficiar as forças reacçãoárias, e em particular Israel.

Para superar o conjunto de dificuldades internas e externas assim criadas, Sadat procura o caminho que está dentro da sua lógica de defesa dos interesses do capital — o caminho que nada soluciona, antes conduz a um beco sem saída.

Dentro dessa perspectiva, Sadat realizou a sua visita à Arábia Saudita e aos emiratos do Golfo: Oman, Abu Dhabi, Bahrein, Katar e Koweit, em busca de ajuda financeira e de apoio político. Ao revelar, no decurso da sua viagem, uma cláusula secreta do acordo do Sinai, segundo a qual o Egipto não desencadeará nenhuma operação militar contra Israel em caso de guerra sírio-israelita, ao revelar que os Estados Unidos não reconhecerão a organização de Libertação da Palestina e não participarão em negociações com ela — Sadat apresentou publicamente a verdadeira face da sua política actual. Política que não pode deixar de entrar em choque com compromissos anteriormente assumidos, como a assinatura dos acordos da cimeira de Rabat, em que se reconhece a OLP como única representante dos palestinianos.

O desmoronamento do sistema colonial mundial, roubou ao sistema capitalista uma insubstituível base de exploração, de domínio, de relativa capacidade para superação das suas crises internas. Abriu no campo internacional uma nova frente de luta, decididamente dirigida contra o imperialismo.

O sistema capitalista esforçou-se então por substituir a dominação abertamente colonial, pelo domínio neocolonialista, arvorando em dirigentes políticos fantoches ao seu serviço, promovendo golpes de Estado onde os seus privilégios eram contestados, dominando de facto a estrutura económica dos novos países com um periclitante estatuto de independência, apoiando-se e fomentando uma burguesia nacional, que constituía a sua base social de apoio nesses mesmos países, ou susceptível de o ser, mesmo quando tendo participado em lutas nacionalistas pela independência política.

A própria situação de subdesenvolvimento a que a exploração colonial tinha reduzido estes países, a necessidade de recuperação económica, impossível nos parâmetros do desenvolvimento capitalista, apontava para esses países a inequívoca necessidade de entrar decididamente por uma via progressista. O único futuro possível, era o socialismo. Ou a manutenção de um estatuto de facto colonial. A opção capitalista, ainda que a médio prazo, não abria qualquer caminho ao desenvolvimento.

Entretanto, o facto de os movimentos pela independência nacional associarem, ou serem mesmo encabeçados por uma burguesia nacional, roubou frequentemente aos seus dirigentes a lucidez necessária para encarar de frente a realidade. A sua origem de classe disso os impedia.

O rodar da história, o intrincado de dramáticas experiências nesse campo, criou um sólido movimento de países em vias de desenvolvimento, decididamente orientado contra o imperialismo, por alterações sociais abertamente progressistas. Coexistem entretanto países que se mantêm sob o jugo político e económico do capital. E outros onde se tateia terreno, e em que o equilíbrio interno de forças não permite a opção por uma via definida, oscilando a sua política em função da oscilação das lutas internas.

O Egipto que, com Nasser, avançou alguns passos no caminho da sua real libertação, com uma política económica independente e uma ainda que tímida reforma agrária, recuou posteriormente com Sadat.

No tortuoso caminho da luta pela real independência, rejeita os seus verdadeiros amigos, as forças progressistas, em particular o mundo socialista e abre as portas ao imperialismo.

O preço a pagar será caro.

O povo egípcio, a quem de novo se pretende roubar a independência e as esperanças de liberdade, saberá reconduzir o seu país ao único caminho que corresponde à solução dos seus problemas, lado a lado com os outros povos que hoje se batem consequentemente contra o imperialismo.

A política de Sadat não tem saída possível.

Saia
Número especial do
Avante!
PROGRAMA ELEITORAL DO PCP
COM O PCP PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA

SAÍDA 25
economia EC
Considerações sobre a reforma agrária
1976: os projectos políticos e as imposições económicas
Sobre o orçamento geral do Estado para 1976

Edições SEARA NOVA
MARCOS DOMIC
A TÉCNICA DO GOLPE DE ESTADO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO
O autor, lutador revolucionário boliviano, grande amigo do povo português e estudioso atento da nossa Revolução, entendeu que este seu trabalho poderia ser-nos útil e manifestou o desejo que fosse inicialmente divulgado na nossa língua. Muito temos a agradecer-lhe... e a aprender com ele.
COLEÇÃO ARGUMENTOS Preço: 40\$00

DELEGAÇÃO DO PCP EM MOÇAMBIQUE

Entusiástica recepção acolheu a delegação do PCP que se deslocou a Moçambique, numa vibrante manifestação de solidariedade que transpareceu na maneira como a Frelimo, o povo moçambicano e grande número de portugueses ali receberam os camaradas Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes e Aurélio Santos

Desenrolaram-se num clima de amizade e fraternidade militantes, as conversações que a delegação do PCP manteve com os representantes da Frelimo, tendo a visita constituído «um sucesso total» como assinala o comunicado final conjunto.

A delegação do Partido Comunista Português que partiu no sábado passado para a República Popular de Moçambique e a República Popular de Angola é constituída pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, e Aurélio Santos, membro do Comité Central.

Esta visita enquadra-se nas tradicionais relações de amizade e solidariedade fraternal que unem o Partido Comunista Português à Frelimo e ao MPLA e a delegação do PCP efectuou já conversações com o Comité Central da Frelimo, das quais foi dado a público um comunicado comum que publicamos noutra local.

Milhares de pessoas saudaram no aeroporto de Maputo a delegação do PCP, que chegou domingo de manhã à República Popular de Moçambique a convite do CC da Frelimo e do Presidente Samora Machel. A delegação foi recebida, na pista pelo Vice-Presidente da Frelimo, camarada Marcelino dos Santos, Ministro do Desenvolvimento e Planificação Económica, Armando Guebuza, Comissário Político Nacional e Ministro do Interior, Jorge Rebelo do CC e do Comité Executivo e Ministro da Informação, Sebastião Maboete, do CC e Vice-Ministro da Defesa Nacional, Armando Panguene, do CC e Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Deolinda Guesimane, Secretária-Geral da Organização da Mulher Moçambicana, e ou-

tros membros do CC e Executivo e responsáveis da Frelimo em Maputo.

A delegação teve uma recepção calorosa por parte das massas populares que se encontravam no aeroporto para a acolherem, gritando «Frelimo saúda PCP». Grupos artísticos po-

que vêm dos difíceis tempos em que a Frelimo dirigia a luta armada do povo moçambicano pela sua independência e em que nós, em severas condições de clandestinidade, lutávamos para pôr fim à ditadura fascista e para conduzir também o nosso povo à

rada Álvaro Cunhal passou a responder a algumas perguntas sobre o significado da visita da delegação do PCP, acentuando:

«Este encontro com a Frelimo pode ser uma contribuição para uma análise mais cuidada da situação e das suas dificuldades e uma eventual contribuição, para a resolução dos problemas desse tipo. Embora tenhamos acabado de chegar, vimos já que, entre os comunistas portugueses e a Frelimo e o povo de Moçambique não há diferença. Diferenças existem quando não há amizade, quando não há compreensão, quando não há solidariedade recíproca e se defendem interesses ilegítimos.

«Creio que, no fundamental, a cooperação e as formas de contacto que traduzam essa amizade e entendimento de uma forma concreta dependem, em grande medida, da posição que tomem as forças democráticas portuguesas».

A terminar, declarou o secretário-geral do PCP: «Há, na verdade, muitas dificuldades resultantes do facto de vários partidos, que, em Portugal, se afirmavam com o processo democrático, não terem tomado, em relação aos países que conquistaram a sua independência, a posição que era de esperar. Pensamos, no entanto, que a compreensão do povo português é suficientemente forte para poder pressionar as forças políticas no sentido de as levar a posições mais justas no tocante às relações Portugal de hoje com a República Popular de Moçambique».

À tarde, a delegação do PCP, acompanhada pelo Ministro do Interior, camarada Guebuza, e pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Armando Panguene, visitou a sede da Frelimo e tomou contacto com a população, numa vi-

sita aos bairros populares de Maputo.

Na sede da Frelimo, os camaradas Armando Guebuza e Álvaro Cunhal fizeram alocações, num encontro com os militantes, pondo em destaque a amizade fraternal entre a Frelimo e o PCP como expressão dos laços de solidariedade entre os povos português e moçambicano. À saída a delegação do PCP foi saudada por muitas centenas de pessoas que, entretanto, se tinham concentrado junto à sede da Frelimo.

A delegação visitou em seguida os bairros populares de Maputo, onde foi acolhida em grandes festas populares por muitos milhares de pessoas que grita-

vam «Frelimo-PCP», «A Vitória é Certa», «A Luta Continua», «Venceremos».

Nos bairros de Xipamanine, 7 de Abril e Choupal organizaram-se comícios de massas, em que falaram os camaradas Armando Guebuza e Álvaro Cunhal, tendo destacado a luta comum travada pelos dois povos contra o colonialismo e o fascismo, pelo fim da exploração do homem pelo homem, como base da solidariedade que une o PCP e a Frelimo e os povos de Moçambique e de Portugal. Nos bairros 7 de Abril e do Choupal, nos locais onde se realizaram os comícios, foram também apresentadas danças populares, canções e outras expressões da arte

popular moçambicana.

O primeiro dia da estadia da delegação do PCP na República Popular de Moçambique, durante o qual a delegação tomou contacto com muitas dezenas de milhares de pessoas que a acolheram com grandes manifestações de simpatia, deu uma ideia da entusiástica participação das massas populares nas tarefas da construção do novo estado de Moçambique, da sua unidade, do amplo apoio popular da Frelimo e do espírito de solidariedade militante às forças progressistas portuguesas e de todo o mundo, que a Frelimo transmite ao povo moçambicano.

Entretanto, solicitado por

um grupo de portugueses simpatizantes do PCP, realizou-se à noite uma reunião informal entre a delegação do PCP e portugueses residentes em Maputo, tendo o camarada Álvaro Cunhal oportunidade de fazer uma exposição detalhada da situação política que se vive em Portugal.

A delegação do PCP iniciou ainda no domingo as conversações com o Comité Central da Frelimo que decorreram até anteontem, sendo dirigidas respectivamente pelo presidente da Frelimo, camarada Samora Moisés Machel e pelo secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal.

TELEGRAMA A SAMORA MACHEL

Quando partiu da República Popular de Moçambique, o secretário-geral do Partido Comunista Português enviou ao presidente da Frelimo, camarada Samora Moisés Machel, o telegrama que transcrevemos:

Querido camarada
Ao sair do território da República Popular de Moçambique, a delegação do PCP que acaba de visitar o vosso país agradece-vos, de todo o coração, as muitas provas de fraternal e calorosa amizade com que fomos recebidos pela Frelimo e pelo povo moçambicano.
Desejamo-vos novos e grandes êxitos na vossa luta em prol de uma nova sociedade, libertada de todas as formas de opressão e injustiça social, livre, próspera e feliz, para o povo de Moçambique e reafirmo-vos a certeza de que esta visita constituirá importante contribuição para o reforço da amizade e cooperação entre o PCP e a Frelimo, entre o povo de Portugal e o povo de Moçambique.

Álvaro Cunhal

culares executaram danças moçambicanas em honra dos visitantes. A delegação do PCP foi também saudada por numeroso grupo de portugueses residentes em Moçambique, que levavam um cartaz onde se lia «A Vitória é Difícil mas é Nossa». No trajeto para a cidade muitas centenas de pessoas saudaram também a delegação, à sua passagem.

Falando aos jornalistas que aguardavam a delegação do PCP o camarada Álvaro Cunhal declarou: «Para nós, é uma profunda alegria e uma extraordinária honra o poderemos, neste momento, vir visitar a República Popular de Moçambique. Trata-se da continuação das relações de fraternidade e amizade existentes, há muito, entre o PCP e a Frelimo. Relações de solidariedade recíproca,

conquista da liberdade.»

Observando mais adiante que «vir a Moçambique neste momento significa, além do mais, toda a nossa vontade de contribuímos para o reforço das relações de amizade entre o povo de Moçambique e o de Portugal, uma vez que não existe nenhuma razão para que essas relações de amizade não se desenvolvam de uma maneira favorável», o camarada Álvaro Cunhal declarou que o PCP pensa estar a dar «uma contribuição, na medida do possível, para que se caminhe para o entendimento entre a República Popular de Moçambique e o Portugal democrático de hoje».

Prosseguindo, e depois de ter realçado a maneira como a delegação do PCP foi recebida pelo povo moçambicano, as provas de carinho e amizade, o cama-

CONGRESSO DO DKP

Nos dias 19, 20 e 21 de Março realizou-se em Bona o congresso do Partido Comunista Alemão (DKP). As condições muito especiais que rodeiam a luta dos comunistas na República Federal Alemã se, por um lado, atribuem grande importância ao Congresso do seu Partido, constituem, por outro lado, uma viva denúncia dos métodos repressivos do imperialismo sob a máscara da social-democracia. A interdição de trabalho que os monopólios alemães impõem aos comunistas, as provocações constantes dos círculos reaccionários da RFA, a presença e acção do imperialismo americano sobre problemas que a classe operária e todas as classes trabalhadoras defrontam na dura luta que all

Sólido bastião dos princípios do marxismo-leninismo, o DKP tem sempre afirmado e concretizado a intransigente defesa do internacionalismo proletário e desde sempre que as fraternais relações existentes entre o PCP e o partido irmão da RFA constituem um exemplo.

O PCP fez-se representar no Congresso pelo camarada Joaquim Pires Jorge, do Comité Central. Publicaremos no próximo número uma reportagem da enviada especial do «Avante!».

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do DKP a seguinte saudação: Queridos camaradas: Em nome dos comunistas e dos trabalhadores de Portugal, o Comité Central do Partido Comunista Português envia calorosas saudações fraternais ao Congresso de Bona do Partido Comunista Alemão e, por intermédio dos seus delegados, a todos os comunistas e aos trabalhadores da RFA.

Desejamos os maiores sucessos aos trabalhos do Congresso do DKP e estamos certos de que as suas conclusões serão um contributo valioso dos comunistas alemães para a luta pelos interesses vitais da classe operária, pelos direitos democráticos das massas trabalhadoras na luta contra os monopólios, pela verdadeira

liberdade e pelo progresso social. O PCP é solidário com a luta dos comunistas e outros democratas alemães pela revogação da lei arbitrária, que estipula a proibição do direito ao trabalho nos quadros do funcionalismo a milhares de homens, baseada apenas nas suas ideias políticas.

O PCP é solidário com os comunistas alemães na sua luta contra as forças reaccionárias da Alemanha que pretendem pôr em causa o desenvolvimento do clima de desanvolvimento internacional, pricinizando uma política de corrida aos armamentos, ao militarismo, baseada no anticomunismo e antisovietismo desenterrados dos pântanos da guerra fria.

A luta dos comunistas alemães contra o desemprego, contra o aumento do custo de vida, pela melhoria das condições materiais das massas populares, para impedir que sejam os trabalhadores a pagar com maiores sacrifícios a agudização dos problemas originados pela crise geral do capitalismo conta com o apoio das forças revolucionárias em Portugal.

A revolução portuguesa iniciada a 25 de Abril de 1974 pela aliança entre o MFA e o movimento popular trouxe para o povo português históricas conquistas.

A nacionalização da banca, das companhias de seguros, dos transportes e de importantes sectores básicos da indústria, A intervenção do Estado em numerosas empresas colocadas em grande parte sob o controle dos trabalhadores. Iniciou-se a Reforma Agrária com a ocupação pelos trabalhadores de cerca de 1 milhão de hectares de grandes latifúndios do Sul. Melhoraram-se as condições materiais e elevaram-se as regalias sociais de milhões de portugueses. Cresceu e desenvolveu-se um poderoso e amplo movimento popular.

Foi grande o contributo da Revolução no sentido de acelerar a conquista total e completa da independência dos povos irmãos da Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, pese embora a sombra da invasão de Timor pelos fascistas

indonésios e o reconhecimento tardio da República Popular de Angola.

A orientação antipopulista e antilatifundista da Revolução desencadeou contra ela, não apenas por parte da reacção interna, mas também do imperialismo, dos círculos mais reaccionários da Europa Ocidental e dos E.U.A., de dirigentes da social-democracia com destaque para os da R.F.A., uma vaga de calúnias, influências, chantagens económicas, pressões políticas e diplomáticas.

A direcção do PS tem particulares responsabilidades na divisão das forças democráticas, habilmente aproveitadas pela reacção e o imperialismo para suscitar, provocar e aproveitar a divisão do MFA e a crise que se seguiu em Novembro.

Os acontecimentos de Novembro representam uma séria derrota da esquerda militar, o que levou a que o conjunto das forças revolucionárias se tornasse mais vulnerável.

O PCP sempre defendeu e defende que a solução para a crise passava e passa pelo entendimento e negociação política entre todas as forças civis e militares interessadas na Revolução e no espírito libertador do 25 de Abril.

O PCP tudo fez e continua fazendo para que comunistas, socialistas e outros democratas se unam com os militares patriotas para barrar o caminho à reacção e ao fascismo.

Intelectualmente, a direcção do PS tem preferido até hoje uma aliança com partidos da direita, em particular com o PPD, a uma aliança à esquerda com o PCP para defender as liberdades, as grandes conquistas da Revolução e garantir em Portugal a democracia, rumo ao socialismo.

O VI Governo, com hegemonia do PPD e PS, aumentou os preços de bens de primeira necessidade, congelou os contratos colectivos de trabalho, está dando cobertura a uma política de recuperação capitalista, seguindo uma política externa de submissão ao imperialismo.

Todos estes factores estão gerando descontentamento popular. As massas populares, o movimento sindical, as mulheres, a juventude e a intelectualidade, isto

é, o movimento popular através de grandes acções unitárias mostra a vitalidade e a sua força. Nas Forças Armadas continuam a existir amplos sectores democráticos e progressistas.

Embora seja real a ameaça dum ditadura reaccionária, por via de um golpe de força militar ou por via de uma vitória nas eleições para a Assembleia Legislativa do PPD, CDS e PPM, por outro lado há razões para estarmos confiantes.

Cresce a consciência que em Portugal as liberdades se defendem no caminho do socialismo.

E cada vez maior o número de socialistas que, nas empresas, localidades, na juventude, se encontram com os comunistas e concentram as suas actividades na defesa das conquistas da Revolução.

Estamos convencidos que a classe operária, os trabalhadores, o povo português, assegurará a unidade para garantir a vitória final.

A nossa confiança advém ainda da certeza de que o povo português não está só.

Pode contar e conta com a solidariedade militante das forças revolucionárias de todo o mundo, nomeadamente com os comunistas e outros democratas alemães.

Quando a violência fascista semeava o terror e a destruição em muitas regiões do país, recebemos o apoio e a solidariedade do DKP, das suas organizações e de tantos outros democratas alemães.

Vêm de longe os laços fraternais e de solidariedade que ligam os nossos dois Partidos.

A solidariedade do DKP ao PCP nas horas difíceis da Revolução portuguesa atesta a sua fidelidade aos mais altos princípios do internacionalismo proletário.

Podeis estar certos, queridos camaradas, que os comunistas portugueses também estarão ao vosso lado nas boas e más horas.

Renovamos os votos de maiores sucessos aos trabalhos do vosso Congresso e trazemos a certeza que multiplicaremos a nossa amizade e cooperação no interesse da paz, da liberdade, da democracia e do socialismo. Viva o Congresso de Bona do DKP! Viva a amizade entre o DKP e o PCP! Viva o Marxismo-leninismo! Viva o Internacionalismo proletário!

COMUNICADO CONJUNTO

De 21 a 23 de Março de 1976, a convite do Comité Central da FRELIMO e do presidente da Frelimo, camarada Samora Moisés Machel, uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português dirigida pelo seu Secretário-Geral camarada Álvaro Cunhal, efectuou uma visita de amizade à República Popular de Moçambique. Da delegação do PCP faziam parte os camaradas Joaquim Gomes membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e Aurélio Santos do Comité Central.

A derrota sofrida em Angola pelos agressores racistas sul-africanos e pelos mercenários reforça dum maneira decisiva a corrente favorável à independência nacional em África.

Ambas as partes exprimiram o seu total apoio à República Popular de Angola e exigiram a retirada imediata e incondicional da totalidade das tropas invasoras sul-africanas.

As duas delegações exprimiram o seu apoio resolutivo à luta justa do povo da Namíbia que sob a direcção da SWAPO combate pela



A visita situou-se no quadro de reforço das relações de amizade, solidariedade e fraternidade militante forjadas entre a FRELIMO e o PCP no processo da luta comum contra o colonial-fascismo e o imperialismo, contra o capitalismo, pela edificação dum nova sociedade livre da exploração do homem pelo homem.

O camarada Álvaro Cunhal e a delegação do PCP foram calorosamente acolhidos pelos militantes da FRELIMO e pelo povo moçambicano, que quiseram, através do PCP, homenagear a luta do povo português, da sua classe trabalhadora e do seu Partido.

Nos dias 22 e 23 de Março tiveram lugar conversações entre as delegações dos dois Partidos dirigidas respectivamente pelo Presidente da FRELIMO e pelo Secretário-Geral do PCP.

As conversações desenrolaram-se num clima de amizade e fraternidade militantes de franqueza revolucionária.

A delegação do PCP expôs a actual situação política em Portugal que se caracteriza, por um lado, pelas tentativas e das forças reaccionárias de anular as transformações democráticas alcançadas desde o 25 de Abril de 1974 (designadamente Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário) e reconquistar o poder económico e político e por outro pela intensificação da luta popular pela consolidação das liberdades e das outras conquistas da Revolução.

A delegação do PCP exprimiu ainda o seu alto apreço pelo desenvolvimento do processo revolucionário moçambicano que constitui uma forma importante de apoio à luta das classes trabalhadoras portuguesas.

A delegação da FRELIMO explicou as tarefas presentes do Partido e da classe trabalhadora moçambicana na fase do estabelecimento do poder da aliança operário-camponesa e da edificação da democracia popular.

O combate actual caracteriza-se pela ofensiva da classe trabalhadora para destruir o aparelho de Estado colonial-capitalista, construir o poder popular democrático e edificar a base económica, cultural e social de democracia popular.

A delegação da FRELIMO salientou que a consolidação e ampliação das conquistas revolucionárias das massas exigia uma intensificação da luta de classes, uma acção resoluta contra a burguesia colonial e nacional, aliadas internas do imperialismo, inimigo permanente.

As delegações da FRELIMO exprimiu a sua grande apreciação pela luta do PCP pela consolidação e desenvolvimento das conquistas democráticas das massas portuguesas, luta essa que constitui uma contribuição importante para a luta do povo moçambicano.

As duas delegações estudaram a situação internacional. Ambas as partes constataram que a situação internacional é caracterizada por uma larga ofensiva popular em favor da independência nacional, da liberdade, da Revolução.

A vitória da guerra popular de libertação dos povos de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, a conquista da independência das antigas colónias portuguesas sob a direcção da FRELIMO, do MPLA, do PAIGC e do MLSTP modificou a favor da revolução a correlação de forças em África.

independência nacional e integridade territorial.

As duas partes condenaram firmemente o regime do «Apartheid», regime degradante herdeiro do sistema nazi, e exprimiram a sua solidariedade para com o povo sul-africano de todas as raças que sob a direcção do Congresso Nacional Africano (ANC) se bate para edificar uma nova sociedade.

As delegações da FRELIMO e do PCP condenaram energeticamente o regime criminoso, racista, minoritário e ilegal da Rodésia do Sul e afirmaram o seu apoio total ao povo de Zimbábue e aos seus combatentes que de armas na mão lutam para derrubar o regime opressor.

A delegação do PCP solidarizou-se com as medidas justas tomadas pela República Popular de Moçambique para isolar o regime criminoso da Rodésia do Sul e para punir as provocações e agressões armadas do regime racista.

Ambas as partes denunciaram todas as manobras colonialistas e neo-colonialistas em África e expressaram a sua solidariedade para com os povos em luta pela sua independência, integridade territorial e personalidade nacional.

Ambas as partes condenaram as manobras imperialistas para reforçar ainda mais a sua presença agressiva no Oceano Índico e exprimiram o seu apoio total ao combate dos povos ribeirinhos do Oceano Índico, pela desnuclearização da região e sua transformação em zona de paz.

As delegações da FRELIMO e do PCP reafirmaram a sua solidariedade total para com a justa luta do povo Timor-Leste, que sob a direcção da FRETILIN combate heroicamente pela defesa da independência da sua pátria contra os invasores estrangeiros.

Ambas as partes condenaram a agressão sionista contra os povos árabes, exigiram a retirada das tropas de Israel dos territórios árabes ocupados e afirmaram o apoio à justa luta do povo palestino pelos seus direitos nacionais.

Analisando as relações entre os dois Partidos, as delegações da FRELIMO e do PCP concordaram em reforçar e desenvolver as relações fraternais de amizade e solidariedade entre os dois Partidos, na base dos princípios do internacionalismo proletário. As delegações acordaram em medidas práticas nesse sentido.

As delegações foram unânimes em reafirmar a identidade de interesses existentes entre o povo de Moçambique e o povo de Portugal e examinaram em grandes linhas o desenvolvimento das relações de amizade entre os dois povos.

As delegações foram também unânimes em afirmar ser do interesse dos dois povos a consolidação e o desenvolvimento das relações de cooperação entre a República Popular de Moçambique e Portugal, na base da completa igualdade, independência, respeito mútuo dos interesses e não ingerência nas questões internas.

As duas delegações felicitaram-se pela visita da delegação do PCP dirigida pelo seu Secretário-Geral, visita que constituiu um sucesso total, e reforça as relações fraternais entre os dois Partidos e povos.

O Secretário-Geral do PCP e a sua delegação exprimiram a sua satisfação pela hospitalidade e ambiente caloroso de amizade e fraternidade militante com que foram acolhidos na República Popular de Moçambique.